



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Rio Grande

CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA GRADUADOS NÃO LICENCIADOS

Rio Grande, março 2021

COMPOSIÇÃO GESTORA DO IFRS

Júlio Xandro Heck, Reitor

Lucas Coradini, Pró-Reitor de Ensino

Marlova Benedetti, Pró-Reitora de Extensão

Eduardo Giroto, Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Tatiana Weber, Pró-Reitora de Administração

Amilton de Moura Figueiredo, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

EQUIPE DE GESTÃO DO CAMPUS RIO GRANDE

Alexandre Jesus da Silva Machado, Diretor Geral

Franciane de Lima Coimbra, Diretora de Ensino

Carlos Fernandes Júnior, Chefe do Departamento de Ensino

Gislaine Leite, Diretora de Extensão

Cleiton Pons Ferreira, Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Walter Fernando Souza Ferreira, Diretor de Administração

Liziane Garcia Torchelsen, Diretora de Desenvolvimento Institucional

NOMINATA DE REVISÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Paulo Valério Saraçol, Coordenador e Docente do Curso
Alexandre Jesus da Silva Machado Docente do Curso
Cleiva Aguiar de Lima, Líder do GPEPT
Crisiane Freitas Soares, Docente do Curso
Daner Silva Martins Docente do Curso
Luís Humberto Ferrari Loureiro, Docente do Curso
Márcia Cristina Souza Madeira Malta Pinto, Docente do Curso
Artur de Freitas Arocha, Presidente do Núcleo de Ensino a Distância
Sabrina Hax Duro Rosa, Representante do NEABI
Daniel Baz dos Santos, Representante do NEPGS
Ionara Cristina Albani, Representante da Assistência Estudantil
Carla Regina André Silva, Coordenadora do NAPNE
Laís Cirne Avila da Fonseca, Representante da CORE
Caroline da Silva Ança, Pedagoga

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	6
1 Apresentação	7
2 Histórico	8
3 Caracterização do <i>Campus</i>	12
4 Justificativa	17
5 Proposta político pedagógica do curso	20
5.1 Objetivo geral	20
5.2 Objetivos específicos.....	20
5.3 Perfil do Curso	21
5.4 Perfil do egresso.....	25
5.5 Diretrizes e atos oficiais	26
5.6 Formas de ingresso	28
5.7 Princípios filosóficos e pedagógicos do Curso.....	29
5.8 Representação gráfica do perfil de formação.....	30
5.9 Orientação para a construção da organização curricular do Curso	31
5.9.1 Organização Curricular do curso – Matriz Curricular	32
5.9.2 Práticas profissionais.....	34
5.10 Programa por Componentes Curriculares.....	35
5.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	49
5.12 Estágio Curricular	50
5.12.1 Estágio Obrigatório.....	51
5.12.2 Estágio não obrigatório	51
5.13 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem	51
5.13.1 Da Recuperação Paralela.....	54
5.14 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos	54
5.15 Metodologias de Ensino	55
5.16 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	56
5.17 Acompanhamento pedagógico	57
5.18 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem 59	
5.19 Integração com as redes públicas de ensino.....	60
5.20 Articulação com Núcleos.....	60
5.21 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	63

5.22	Do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Extruturante (NDE)	63
5.22.1	Colegiado do Curso	64
5.22.2	Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	64
5.23	Quadro de pessoal	65
5.23.1	Corpo docente do curso	65
5.23.2	Corpo técnico-administrativo.....	66
5.24	Certificados e diplomas	69
5.25	Infraestrutura	69
6	Casos omissos.....	70
7	Referências	71
8	Apêndices	74

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Denominação do curso/nomenclatura: Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados.

Forma da oferta do curso: Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados

Modalidade: Presencial.

Habilitação: O egresso estará apto à docência na Educação Básica Profissional.

Local de oferta: IFRS - *Campus* Rio Grande.

Turno de funcionamento: Noturno.

Número de vagas: 30 (trinta).

Periodicidade de oferta: Bienal.

Carga horária total: 1.011 h.

Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Tempo de integralização: 4 semestres.

Tempo máximo de integralização: 8 semestres.

Diretora de Ensino: Franciane de Lima Coimbra; den@riogrande.ifrs.edu.br; (53) 3233.8609.

Coordenação do Curso: Paulo Valério Saraçol, paulo.saracol@riogrande.ifrs.edu.br; (53)32228632

1 Apresentação

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** do *Campus* Rio Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS-RG), e tem como base legal a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Este curso de formação pedagógica surgiu a partir dos anseios e preocupações de servidores do *Campus* Rio Grande com relação à formação pedagógica de docentes não licenciados na Educação Profissional e Tecnológica. Sendo assim, em 2010 foi dado início ao curso **Licenciatura para Educação Profissional e Tecnológica**, ofertado entre os anos de 2010 e 2014, o qual teve como base a Resolução CNE/CEB nº 02/97. Em função da análise? do curso, feita por avaliadores do MEC em 2014, foi sugerido algumas alterações. Assim, o curso sofreu uma reestruturação e passou a ser intitulado **Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional (Licenciatura)**, conforme Portaria nº 322, de 21 de julho de 2016 e teve sua oferta entre os anos 2015 e 2018 e está em processo de extinção.

No final do ano de 2019, uma nova legislação foi publicada e a formação de professores passou a ser regulamentada pela Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, em substituição a Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015, exigindo novas alterações nos cursos em oferta. Assim, o presente PPC se refere a uma proposta de um novo curso que contemple as exigências da nova resolução.

Considerando a demanda reprimida e as novas demandas que surgem em virtude da exigência legal, a educação profissional carece de professores licenciados nas áreas de formação específica. Nesta lacuna o presente Curso encontra seu lugar de atuação e contribuição social. Para isso, este curso de Formação Pedagógica objetiva habilitar graduados, não licenciados, em diversas áreas de conhecimento, para atuação docente na Educação Básica Profissional Técnica de Nível Médio, em especial, para a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e especificamente para os componentes curriculares de formação específica, cuja habilitação docente não seja ofertada nas atuais licenciaturas.

Assim, o Curso propõe a construção de conhecimento específico sobre a Educação Profissional por meio da problematização das dimensões da didática: humana, técnica e político-social. Para tanto, busca a valorização da trajetória de cada estudante, a fim de que,

pela compreensão de sua subjetividade, ele perceba a Educação Profissional de forma contextualizada. E que nesse processo, possa entender: a importância da educação permanente considerando a incompletude de qualquer processo formativo; a necessidade da construção dos saberes pedagógicos que aproximem teoria e prática, educação e mundo do trabalho; a pesquisa como princípio educativo e a compreensão sobre os Direitos Humanos, Educação Ambiental e Educação nas relações Étnico-Raciais. Além disso, o Curso pretende que o estudante perceba a importância da empatia no processo pedagógico e entenda a necessidade do saber ambiental, na busca de novos modos de produção de bens materiais e suas relações sociais, tendo como perspectiva a problematização da relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Ainda, o curso pressupõe a integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, na relação com a sociedade, além da superação do paradigma disciplinar, possibilitando a construção de interfaces entre os conhecimentos gerais e os específicos.

A organização do Curso por módulos, busca a aproximação dos fundamentos que sustentam os processos de ensino e aprendizagem com as particularidades da Educação Profissional Básica, Técnica de Nível Médio.

Por fim, cabe destacar que a organização do curso e seu modo de funcionamento estão vinculados a pressupostos cuja finalidade é romper com lógicas de formação estabelecidas. Deste modo, em Rodas de Formação, se pretende que o curso contribua não apenas para formar novos docentes, mas também como processo de formação permanente dos professores em exercício que atuam no curso, isso numa perspectiva do “formar-se ao formar”. Para Freire, “embora diferentes entre si, quem forma se re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 2003, p.23). Finalmente, cabe salientar que a elaboração deste PPC foi um processo coletivo e dialogado, portanto, fruto de múltiplas visões de mundo e da docência, as quais se espera que estejam minimamente contempladas. Compreensões que poderão ser revistas na medida da necessária avaliação no e do processo.

2 Histórico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) surgiu a partir da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a Lei nº 11.892/2008, a qual criou os Institutos Federais. Com reitoria na cidade de Bento

Gonçalves/RS, o IFRS é uma instituição de educação superior, básica e profissional, caracterizada, também pela sua organização multicampi (IFRS, 2018).

Em sua criação, o IFRS foi estruturado a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após, foram incorporados ao Instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá, e criados os *Campi* de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Em 2015 passaram a fazer parte do IFRS os *Campi* de Rolante, Alvorada, Viamão, Vacaria e Veranópolis.

O atual *Campus* Rio Grande originou-se do antigo Colégio Técnico Industrial (CTI), criado em 1964 junto à Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande, uma das instituições que deu origem à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e teve como primeiro diretor, o Professor Engenheiro Ivo Pereira Braga. Originalmente eram oferecidos os cursos de Refrigeração e Eletrotécnica, em funcionamento até os dias atuais. Posteriormente, em 1986, foi criado o curso técnico em Processamento de Dados. Em 1994, na ocasião do Jubileu de Prata da FURG foi dado o nome de "Professor Mário Alquati" ao Colégio Técnico Industrial, em homenagem a esse docente que foi um de seus idealizadores e que ocupou o cargo de diretor durante oito anos.

A implantação da Reforma da Educação Profissional, iniciada em 1998, separou o Ensino Médio da Educação Profissional e criou a modalidade subsequente. A partir dessa reforma, no ano 2000 foram criados os cursos técnicos em Enfermagem e em Geomática, na modalidade subsequente, com vistas a atender às novas demandas que se apresentavam em Rio Grande. Em razão da Reforma da Educação Profissional e como forma de atender às Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, em 2001 foram implantados novos cursos subsequentes, estruturados em módulos e o Ensino Médio passou a ser oferecido de forma independente do técnico.

Em 2007, após nova alteração da legislação, o CTI voltou a oferecer cursos integrados ao Ensino Médio e abriu a primeira turma de ensino integrado da modalidade Educação de

Jovens e Adultos, atendendo ao Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da FURG aprovou em 2008 os primeiros cursos superiores a serem ofertados pelo CTI: o precursor entre eles, aprovado em maio daquele ano, foi o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, oferecido até hoje pelo IFRS - *Campus* Rio Grande; o Curso Superior de Tecnologia em Refrigeração e Climatização, aprovado no mesmo ano foi ofertado até 2014; em agosto de 2008, o curso de Tecnologia em Eficiência Energética em Edificações, hoje renomeado Tecnologia em Construção de Edifícios, foi aprovado pela FURG e segue sendo ofertado pelo *Campus* Rio Grande.

Em 29 de dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o CTI foi integrado ao IFRS como *Campus* - Rio Grande. A nova institucionalidade do antigo CTI possibilitou uma grande expansão e a consequente criação de novos cursos. Em sintonia com a alteração do arranjo produtivo local em função da implantação do Polo Naval, em 2010 passou a ser ofertado o curso Técnico em Automação Industrial com ênfase em Instrumentação Industrial, uma das maiores demandas do novo setor.

Ainda em 2010, entrou em funcionamento o primeiro curso de Licenciatura do *Campus* Rio Grande em Educação Profissional e Tecnológica, visando suprir uma antiga demanda de preparação de docentes para atuação em cursos técnicos, em especial na Rede Federal. Em 2011, passou a ser ofertado o curso de Fabricação Mecânica com ênfase em processos de soldagem, também demanda do Polo Naval. Em 2015, o curso Bacharelado em Engenharia Mecânica, planejado com base nos Princípios Norteadores das Engenharias nos Institutos Federais (BRASIL, 2008), foi aprovado no *Campus* Rio Grande com o intuito de atender a perspectiva de crescimento econômico prevista para a cidade do Rio Grande naquele momento.

Entre 2013 e 2014, foram ministrados no âmbito do IFRS - *Campus* Rio Grande, cursos de formação inicial e continuada (FIC), proporcionando um aumento na oferta de 410 vagas na região, fato que permitiu o acesso de pessoas com elevado grau de vulnerabilidade social, à margem deste tipo de educação. O investimento destinado aos cursos FIC, também

possibilitaram a criação de laboratórios de informática e outros adaptados, como os laboratórios de soldagem.

A pactuação de cursos junto à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), por meio da Coordenadoria Regional de Educação (CRE), propiciaram um estímulo à elevação da escolaridade, com inserção de discentes egressos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)/FIC, oportunizando mais inclusão social.

A articulação de estratégias necessárias para inserção dos estudantes egressos dos Cursos FIC no mundo do trabalho foi promovida pela participação em reuniões periódicas da Comissão de Emprego e Renda (CER) de Rio Grande, com os representantes dos segmentos ligados ao setor privado, Arranjo Produtivo Local (APL), Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento, Inovação, Emprego e Renda, ACESSUAS/CRAS, SEDUC/CRE, Superintendência do Porto do Rio Grande, FGTAS/SINE, Sistema “S”, entre outras entidades mantenedoras.

Nesse sentido, visando atender as demandas por qualificação apresentadas pelo Ministério da Educação e outros Ministérios, assim como, com base em indicadores locais, possibilitou-se a formação de 183 discentes em 17 cursos, a saber: Agente de Informações Turísticas; Desenhista Mecânico; Desenvolvedor de Jogos Eletrônicos; Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão; Inglês Básico T1; Inglês Básico T2; Instalador de Refrigeração de Climatização Doméstica; Lubrificador Industrial; Manipulador de Alimentos; Mecânico de Ar Condicionado Automotivo; Montador e Reparador de Computadores; Operador de Computador; Operador de Forno de Tratamento Térmico; Programador Web; Soldador Manual de Solda Branca; Soldador Oxiacetilênico; e Traçador de Caldeiraria.

No período de 2014 a 2016, foram criados e aprovados no Conselho de *Campus* (CONCAMP) e nas instâncias superiores do IFRS, o Curso de Especialização em Mídias na Educação e o curso de Licenciatura em Matemática, na modalidade EaD. Destaca-se que a Criação da Licenciatura em Matemática, pelo *Campus* Rio Grande, foi responsável pelo credenciamento de todo o IFRS junto ao MEC para a oferta de cursos na modalidade EaD.

O curso técnico de Informática para Internet, antes ofertado pelo *Campus* Rio grande em parceria com a Rede e-Tec Brasil deixou de ser oferecido em todo o IFRS, devido a mudanças significativas em sua oferta, como por exemplo: a obrigação da aprovação de 80 % dos discentes matriculados, sob pena de devolução dos repasses financeiros, em sua íntegra.

Assim, desde 2016, tanto por questões financeiras, como pedagógicas, o curso não é mais oferecido. No entanto, o Núcleo de Educação a Distância (NEAD) do *Campus* tem estudado alternativas para viabilizar a oferta do mesmo.

Ressalta-se que os Institutos Federais foram criados a partir da necessidade de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e também para fortalecer a inserção da educação profissional de nível técnico em todo o território nacional. O IFRS, está presente em 17 *Campi*, a saber: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão, os quais estão distribuídos ao longo do território do estado do RS, fortemente relacionados com as demandas regionais e questões geográficas locais (IFRS, 2018).

A instituição, conforme seu PDI (IFRS, 2018), apresenta uma das características mais significativas e que enriquecem a sua ação e o seu planejamento: a diversidade, pois possui uma estrutura organizacional, de planejamento pedagógico e um centro de formação profissional capaz de atender às mais variadas realidades socioeconômicas e necessidades regionais.

3 Caracterização do *Campus*

O *Campus* Rio Grande do IFRS está localizado na cidade do Rio Grande, extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, com população estimada pelo IBGE em 211.860 (duzentos e onze mil oitocentos e sessenta) habitantes, Rio Grande tem sua terra e sua história banhadas pelas águas do Oceano Atlântico e da Lagoa dos Patos. O próprio surgimento da cidade, datado de 19 de fevereiro de 1737, está relacionado à proximidade com as águas, pois sua localização era considerada estratégica pela coroa Portuguesa, devido ao fácil acesso marítimo que criava um vasto leque de possibilidades aos portugueses: entreposto de apoio à Colônia do Sacramento; escoamento das riquezas geradas na região; certa segurança frente a uma possível invasão espanhola.

A partir do exposto, entende-se que a fundação da cidade do Rio Grande esteve diretamente relacionada ao atendimento dos interesses políticos, econômicos e principalmente militares da Coroa Portuguesa. Os interesses militares eram evidentes pelo fato de que seu processo de povoamento foi iniciado a partir da construção de um forte, o

“Forte Jesus, Maria, José”. A partir daí a cidade do Rio Grande passou a seguir a lógica do modelo colonial brasileiro, caracterizado pelo cenário da estagnação e a precária situação socioeconômica. Somente entre o final do século 18 e início do século 19, já elevada à categoria de Vila do Rio Grande de São Pedro, a região tornou-se o principal centro comercial da Capitania. Nesse ínterim, novamente as águas do mar, através do porto, determinavam e condicionavam o crescimento socioeconômico e a modernização urbana do futuro município (QUEIROZ, 1987).

No início do século XX, quando o porto marítimo do Rio Grande abarcava prioritariamente o escoamento da estrutura comercial e industrial do próprio município, a região tornou-se preferencial para a instalação de novas indústrias. Consequência disso, a partir da metade desse século, além da intensa atividade portuária, a cidade contava com um parque fabril do qual se podem destacar empresas como: Ipiranga S.A., a fábrica de charutos Pook & Cia., Swift do Brasil S.A., Cia. União Fabril S.A., Cia. Fiação e Tecelagem, entre outras, além de inúmeros estaleiros navais. Sobre este assunto, destaque necessário precisa ser dado à intensa atividade industrial pesqueira.

A relação entre o município e o Estado brasileiro, que no passado se materializou na forma de instalações militares e da própria localização do sítio urbano que o origina, aconteceu na segunda metade do século XX, a partir da constituição do Complexo Agroindustrial brasileiro, no bojo das ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A conexão entre os setores industriais e a conformação de uma agricultura integrada à indústria e voltada à exportação resultou na instalação de um parque fabril voltado à produção de fertilizantes para o mercado interno, bem como instalações portuárias voltadas ao armazenamento e exportação de grãos, sobretudo soja.

A cidade do Rio Grande se tornou o porto exportador da produção agrícola gaúcha. No contexto de uma política federal com impactos locais ocorreu também a formação de um dos maiores parques industriais pesqueiros do país, a partir de financiamentos que permitiram o crescimento dos capitais locais, bem como a ampliação de uma frota pesqueira que passou a ultrapassar os limites da pesca de natureza artesanal, realizada no estuário da Lagoa dos Patos, para uma pesca de escala industrial, cujas capturas eram realizadas em águas oceânicas.

Dada a forte relação entre o desenvolvimento local e a política delineada em escala nacional, a crise de financiamento da economia brasileira que se processou nos anos 1980, representou um período de estagnação no desenvolvimento local, com fechamento de instalações e refreio do ímpeto de crescimento industrial observado nos anos 1970. A tendência se projetou nos anos 1990, num cenário de retração do papel do Estado e desregulamentação da economia, com redução de postos de trabalho no porto público, a privatização e a formação de um dos terminais portuários privados, reduzindo a histórica demanda pela mão de obra portuária a partir do progressivo uso do *container* para as cargas.

A concorrência com preços dos pescados importados também atuou como um dos fatores do declínio do parque industrial pesqueiro, que no passado chegou a representar mais de 90% da produção e beneficiamento pesqueiros do Rio Grande do Sul, colocando o Estado na quarta posição entre os maiores beneficiadores de pescados do país (MARTINS e RENNERT, 2014).

Nos anos 2000 ocorreu um novo ciclo de desenvolvimentismo em âmbito nacional, com o conjunto de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujos investimentos no setor de petróleo e gás se materializaram localmente através da instalação de um complexo de estaleiros e instalações industriais que compunham o denominado Polo Naval. Desse modo, houve o desenvolvimento de uma produção metalmecânica até então pouco expressiva no rol de atividades produtivas locais.

A atividade do Polo, em conjunto com obras de habitação (Programa Minha Casa Minha Vida) e de infraestrutura de transporte articularam investimentos locais nas atividades comerciais e de serviços, delineando um novo ciclo de desenvolvimento local induzido por ação estatal externa. Em meados da segunda década do século XXI, a crise econômica internacional iniciada em 2008 e a crise política interna determinaram o recuo do papel do Estado na continuidade do ciclo de crescimento, que junto aos determinantes gerais de renda e trabalho, marcaram a decadência do Polo Naval riograndino e as atividades a este conectadas.

Observa-se como característica comum nos diferentes ciclos históricos e econômicos, a profunda relação do desenvolvimento local com o papel do Estado nacional. Se por um lado essa relação indica o papel estratégico historicamente desempenhado pelo

município nos contextos nacional e regional, também indica uma relação de dependência e a necessidade de articulação das forças sociais e econômicas locais no desenho de um novo modelo de desenvolvimento com maior enraizamento local/regional.

A formação do espaço urbano riograndino é caracterizada por esses ciclos, com a formação dos bairros, seus ritmos de crescimento nos períodos de prosperidade e crescimento econômico, e a expansão de áreas periféricas e vulneráveis nos períodos de crise e inação do Estado em termos de políticas habitacionais (MARTINS, 2004). Entre as áreas vulneráveis, destacam-se as de orla lagunar, ocupadas através de aterros irregulares e instalação de moradias. Essas populações são periodicamente afetadas pela elevação do nível do Estuário da Lagoa dos Patos nas ocasiões em que se conjugam elevados índices pluviométricos e condições de vento prejudiciais ao escoamento das águas do estuário (FERREIRA e ROBAINA, 2012).

Fruto dessa história industrial e portuária, a população riograndina é predominantemente urbana, com uma taxa de urbanização de 96%, segundo o Censo Demográfico de 2010. Não se pode negligenciar, contudo, a existência e o papel de comunidades rurais dedicadas à pecuária, pesca e agricultura. Essas atividades são desenvolvidas por grupos sociais em distintos níveis de acesso à tecnologia e capital, como a rizicultura – realizada em propriedades de maior porte – e a horticultura e pesca – realizadas por pescadores artesanais e agricultores familiares. Há ainda no município três comunidades indígenas das etnias *Kaingang* e *Guarani Mbya*, em processo de territorialização, situadas nas localidades de Domingos Petrolini, Palma e Balneário Cassino.

Importante destacar que Rio Grande atua como centro urbano polarizador no sul do Estado, apresentando uma oferta de produtos e serviços que atendem os municípios do entorno, como Chuí, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Tavares e Mostardas. Comércio, postos de trabalho e serviços de saúde e educação são alguns dos fatores que atuam nessa relação de integração microrregional de Rio Grande com seu entorno. Essa função regional é dividida com o município de Pelotas, com o qual Rio Grande estabelece uma relação de sinergia intensa, apresentando fluxos pendulares de trabalhadores, estudantes e populações que buscam a oferta de serviços de ambos os centros urbanos.

A cidade, considerada patrimônio histórico, também se destaca por seus prédios que denunciam traços da colonização portuguesa. Nesse sentido, avultam-se a Catedral de São

Pedro (templo mais antigo do Rio Grande do Sul), a Biblioteca Rio-Grandense (uma das maiores do Brasil), o Mercado Público e o Prédio da Alfândega. Está em Rio Grande, também, o maior Museu Oceanográfico da América Latina e o clube de futebol mais antigo do Brasil (Sport Club Rio Grande, fundado em 19 de julho de 1900).

No que diz respeito ao sistema municipal de ensino, Rio Grande possui 135 (cento e trinta e cinco) escolas de educação básica, sendo 32 (trinta e duas) estaduais; 77 (setenta e sete) municipais; e 26 (vinte e seis) privadas. No ensino superior, figura a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), uma das grandes universidades públicas do estado, que atualmente oferece mais de 120 cursos entre graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Compreender e caracterizar o *Campus* Rio Grande do IFRS implica remeter à história da criação da FURG e do antigo Colégio Técnico Industrial. Desde 1951, havia interesse na criação de uma escola de nível superior em Rio Grande, tendo sido esta a pauta de inúmeras reuniões feitas por profissionais ligados ao setor industrial e comercial. A justificativa para tanto, estava justamente, na carência de trabalhadores para o novo contexto industrial riograndino. Em tais discussões, o Engenheiro Francisco Martins Bastos, argumentando questões ligadas à praticidade e rapidez de resultados, defendeu a criação de uma instituição de nível técnico ao invés de um curso superior de Engenharia (MAGALHÃES, 1997). Desse movimento, resultou a criação da Escola de Engenharia Industrial, que originaria a FURG e, em 1964, a fundação do Colégio Técnico, mais tarde denominado Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati (CTI-FURG).

Desde então, o Colégio Técnico Industrial tornou-se referência na cidade do Rio Grande e, atualmente, como um dos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), vem atuando na Educação Profissional há mais de 50 anos. Como dito anteriormente, a instituição foi acompanhando o desenvolvimento da cidade, e mesmo em meio a tantas mudanças (sociais, culturais, políticas, educacionais) conseguiu responder às demandas de cada época, inclusive com a criação de cursos que não estão ligados diretamente à área industrial.

Atualmente, os cursos ofertados pelo IFRS - *Campus* Rio Grande são de diferentes níveis, a saber:

I. Educação Profissional de Nível Médio:

Cursos de Ensino Técnico Integrados ao Ensino Médio:

- Curso Técnico em Automação Industrial;
- Curso Técnico em Eletrotécnica;
- Curso Técnico em Fabricação Mecânica;
- Curso Técnico em Geoprocessamento;
- Curso Técnico em Informática para Internet; e
- Curso Técnico em Refrigeração e Climatização.

Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio:

- Curso Técnico em Automação Industrial;
- Curso Técnico em Eletrotécnica;
- Curso Técnico em Enfermagem;
- Curso Técnico em Fabricação Mecânica;
- Curso Técnico em Geoprocessamento; e
- Curso Técnico em Refrigeração e Climatização.

II. Educação Profissional de Nível Superior:

- Bacharelado em Engenharia Mecânica;
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; e
- Tecnologia em Construção de Edifícios.

4 Justificativa

A proposta de um **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** justifica-se, basicamente por três aspectos, a saber: a) o marco legal; b) a demanda por professores habilitados, principalmente em virtude da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; c) a necessária qualificação da Educação.

O marco legal engloba o conjunto de documentos que regula a docência na Educação Profissional, a começar pela Lei nº9394/96 – LDBEN (BRASIL, 1996) a qual determina que, para atuação na Educação Básica, é necessária formação pedagógica, para além da formação

específica. Complementa esta Lei, a Resolução CNE/CP nº2 de 2019 (BRASIL, 2019) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Com relação à demanda, fora as licenciaturas que formam professores, ainda são poucos os cursos de formação de professores para habilitar bacharéis à docência, que articulem a formação profissional tecnológica adquirida na primeira graduação, com a formação pedagógica. Por isso, ocorre carência de professores com formação docente para atuar nos componentes curriculares profissionalizantes nos cursos técnicos da educação básica. Assim, na Educação Profissional, historicamente atuam engenheiros, arquitetos, administradores, e outros bacharéis, que em grande maioria, exercem a docência na carreira EBTT sem a devida formação pedagógica.

Conforme o documento publicado pelo Ministério da Educação intitulado “Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes” (BRASIL, 2010), é necessário e urgente a oferta de formação pedagógica para os docentes não habilitados das disciplinas profissionalizantes do ensino técnico de nível médio. Há que se considerar também as características da Educação Profissional e a consequente necessidade de professores com conhecimentos de conteúdos e de metodologias vinculados à realidade do trabalho (BRASIL, 2010).

Ilustra esse fato o caso do IFRS, ter estabelecido nos últimos processos seletivos (concursos públicos) para ingresso na carreira docente, a exigência de complementação na formação superior inicial, através da formação pedagógica para os professores não licenciados aprovados em seus concursos. Tal exigência implica na necessidade do IFRS contribuir com a qualificação e formação pedagógica inicial e continuada de seu quadro docente, por meio de cursos de complementação pedagógica exigidos nos seus próprios editais.

Contribui para a compreensão do panorama apresentado, um estudo realizado no próprio *Campus* pelo Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica – GPEPT, cujos resultados foram apresentados no Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – SENEPT em 2014. O estudo mostrou que no *Campus* Rio Grande:

[...] dentre os docentes efetivos, 60% são licenciados ou apresentam algum tipo de formação pedagógica. Um índice alto, 40%, não possui qualquer formação na área de educação, embora servidor em carreira EBTT, atuando em educação profissional de nível médio. Esse índice se comporta em padrões diferentes quando identificado

por sexo: entre as mulheres, 85% possuem formação pedagógica, entre os homens apenas 15%. (PERINI, *et al.*, 2014, p. 17)

Como é possível perceber, na época da pesquisa havia um alto índice de professores sem habilitação para a docência e que estavam em efetivo exercício no IFRS, *Campus* Rio Grande. Tal realidade ainda se faz presente, pois em recente levantamento para atualização da pesquisa citada anteriormente, o grupo de pesquisa do GPEPT verificou que, em 2019 a taxa de professores concursados e não-licenciados, atuando em todos os níveis do ensino profissional, no *Campus* Rio Grande ainda era 40%.

Além disso, há de se considerar a demanda dessa formação por docentes de outras instituições, públicas ou privadas no âmbito da região do *Campus* que pretendem ou precisam da sua formação pedagógica, e também dos profissionais experientes que atuam nos eixos tecnológicos dos cursos, profissionais e bacharéis que desejam ingressar na carreira EBTT, atualmente muito valorizada.

Para além das questões citadas, destaca-se a necessária qualificação dos docentes com relação aos aspectos pedagógicos vinculados à Educação Profissional. Qualificação pedagógica fundamental para ampliar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da necessária indissociabilidade entre eles. Docentes que se entendam em processo de formação permanente, capazes de problematizar sua prática e que valorizem o coletivo, a pesquisa e o registro, sem dúvida, estarão buscando meios para aprimorar seu trabalho docente. Assim, poderão encontrar no Curso de Formação Pedagógica um tempo/espço que, em consonância com sua formação inicial, possam fomentar sua formação permanente.

Nesse sentido, o Curso de Formação Pedagógica se justifica também, especialmente a partir da necessidade do docente compreender os saberes pedagógicos inerentes a sua prática profissional. Tais saberes incluem: as teorias da educação, ligadas ao ensino e à aprendizagem; os processos avaliativos numa perspectiva emancipatória; os conhecimentos básicos sobre a organização da vida acadêmica; a organização e a estrutura do ensino, dentre outros aspectos fundamentais ao processo de ensino e de aprendizagem. Além disso, cabe ressaltar que a especificidade do ensino na Educação Profissional exige que se considerem as concepções dessa modalidade, bem como seu percurso histórico e sua epistemologia própria.

Diante disso, entende-se a formação pedagógica como necessária em virtude da importante qualificação que promove aos envolvidos, sejam eles os discentes ou os docentes que atuam no curso, pois todos se qualificam a cada oferta. O curso também é importante em

razão da ampliação da oferta da Educação Profissional nos últimos dez anos e a necessária formação pedagógica para os que atuam na educação básica, incluindo o ensino profissionalizante. Justifica ainda a oferta desse **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**, a carência de cursos presenciais nesta modalidade, quer em âmbito local ou regional, o que mantém a procura em alta pelos profissionais graduados e não licenciados.

5 Proposta político pedagógica do curso

5.1 Objetivo geral

Habilitar graduados, em diversas áreas de conhecimento, para a atuação docente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, através de uma formação pedagógica compromissada com a articulação entre teoria e prática, com os direitos humanos e com a realidade socioambiental.

5.2 Objetivos específicos

Para habilitar docentes para atuar na educação profissional em sintonia com o objetivo geral do Curso, a formação terá os seguintes objetivos específicos, que se alinham com as competências específicas exigidas na Resolução nº CNE/CP 02 de dezembro de 2019.

- a)** Proporcionar os conhecimentos pedagógicos necessários para o exercício da docência na Educação Profissional;
- b)** Inserir a pesquisa como elemento instituinte da prática docente;
- c)** Articular a formação pedagógica com os conhecimentos específicos da formação profissional, com superação da dicotomia entre teoria e prática;
- d)** Proporcionar os conhecimentos sobre os estudantes, seus contextos de vida e sua aprendizagem;
- e)** Abordar os conhecimentos sobre o desenvolvimento do estudante, a aprendizagem e o ensino;
- f)** Articular, na práxis educativa, a relação entre ensino, pesquisa e extensão;
- g)** Adotar como temáticas transversais a educação ambiental, a igualdade racial e de gênero e a ética da diversidade;

- h) Proporcionar o conhecimento da estrutura e gestão dos sistemas educacionais;
- i) Priorizar uma formação pedagógica humanizadora, politicamente engajada e ambientalmente situada;
- j) Promover o planejamento e a avaliação de ações que resultam em efetiva aprendizagem;
- k) Ensinar a criar e gerir ambientes de aprendizagem, incluindo as tecnologias da informação e comunicação (TICs);
- l) Problematizar os conhecimentos sobre avaliação do desenvolvimento do estudante, da aprendizagem e do ensino;
- m) Promover o conhecimento da importância do envolvimento na aprendizagem dos estudantes e o princípio de que todos são capazes de aprender;
- n) Promover ações de engajamento com a comunidade visando a melhoria do ambiente educacional;
- o) Valorizar a formação continuada, com vistas à atualização permanente nas áreas do conhecimento específico e pedagógico.

5.3 Perfil do Curso

O **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** constrói, junto com seus estudantes, uma formação pedagógica voltada à carreira EBTT.

Para realizar as exigências legais e institucionais, a organização curricular apresenta um compromisso com a Educação Profissional, buscando a perspectiva da totalidade, articulando trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS (IFRS,2018):

O currículo precisa expressar os anseios da comunidade escolar, incluindo-se as vozes das culturas silenciadas, para que, através dele, se realizem os fins da proposta educacional. Dessa forma, a organização curricular do IFRS terá como diretriz a formação humana, ou seja, formar cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo (p. 144).

Busca-se dessa forma, uma formação pedagógica em bases éticas, humanísticas e articuladas à realidade profissional.

A formação inicial de professores para a Educação Básica deve ser desenvolvida, na sua estrutura e carga horária, em acordo com exigência legal em vigor. Para os cursos

direcionados aos graduados não licenciados a Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, em seu Capítulo VI, Art. 21, estabelece as cargas horárias mínimas exigidas.

Art. 21. No caso de graduados não licenciados, a habilitação para o magistério se dará no curso destinado à Formação Pedagógica, que deve ser realizado com carga horária básica de 760 (setecentas e sessenta) horas com a forma e a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 360 (trezentas e sessenta) horas para o desenvolvimento das competências profissionais integradas às três dimensões constantes da BNC-Formação, instituída por esta Resolução.

II - Grupo II: 400 (quatrocentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular. (BRASIL, 2019)

Para tanto, o **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** será organizado com uma carga horária superior a carga horária mínima para o grupo I, que se refere ao desenvolvimento das competências profissionais e com a carga horária mínima para a formação no Grupo II, que se refere as práticas pedagógicas.

O Curso está organizado em quatro módulos, um por semestre, totalizando mil e onze (1.011) horas, das quais seiscentas e onze (611) horas são dedicadas para formação no Grupo I e quatrocentas (400) horas para a formação no Grupo II, correspondentes às competências profissionais docentes e as práticas pedagógicas, respectivamente.

Cada módulo está estruturado em quatro (4) momentos com cargas horárias distintas, que contemplam tanto o Grupo I, quanto o Grupo II da Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, a saber: a) componentes curriculares que tratam de conteúdos de formação pedagógica (Grupo I); b) trabalho de conclusão de curso (TCC) (Grupo I); c) práticas pedagógicas (Grupo II); d) Estágio, desenvolvido paralelamente ao longo do Curso (Grupo II). Assim, o curso se estrutura conforme descrito na sequência.

O Módulo I, oferecido no primeiro semestre do Curso, com carga horária total de duzentas e quinze (215) horas, das quais cento e sessenta e seis (166) horas são dedicadas ao Grupo I e quarenta e nove (49) horas são dedicadas ao grupo II das práticas pedagógicas. Visa à compreensão dos fundamentos da educação no processo de ensino e de aprendizagem, considerando as especificidades da Educação Profissional, os contextos sócio histórico, político e cultural e as relações em que se desenvolvem.

O Módulo II, com carga horária de duzentas e trinta e duas (232) horas, das quais cento e sessenta e seis (166) horas são dedicadas ao Grupo I e sessenta e seis (66) horas são dedicadas ao grupo II das práticas pedagógicas.

O Módulo III com carga horária de duzentas e quarenta e oito (248) horas, das quais cento e sessenta e cinco (165) horas são dedicadas ao Grupo I e oitenta e três (83) horas são dedicadas ao grupo II das práticas pedagógicas.

Nos módulos II e III são abordados os conhecimentos para a docência, a avaliação e a integração dos diversos saberes pedagógicos no contexto da Educação Profissional.

O Módulo IV é oferecido no último semestre, com carga horária de trezentas e dezesseis (316) horas das quais cento e dezesseis (116) horas são dedicadas ao Grupo I e duzentas (200) horas são dedicadas ao Grupo II das práticas pedagógicas. Está centrado nas vivências dos discentes: a prática de ensino, a pesquisa em educação e o estágio profissional. Visa o planejamento e a organização do trabalho docente, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas. Busca integrar os diversos conhecimentos construídos ao longo do Curso, tanto na docência, quanto na pesquisa.

Diante disso e considerando a interligação entre os componentes curriculares dentro de cada módulo e entre os módulos, o **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** apresenta como pressuposto a busca pela construção do conhecimento contextualizado e interdisciplinar.

Além das intenções apresentadas acerca da organização curricular, que identifica o perfil do Curso, com base em instrumentos legais e em paradigmas educacionais emancipatórios, o curso propõe a articulação entre três eixos transversais: a) Educação Ambiental, b) Direitos Humanos e c) Educação nas relações Étnico-Raciais; explicitados a seguir:

a) Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental é regulamentada pela Lei nº 9.795/99 (BRASIL, 1999) e pelo Decreto nº 4.281/02 (BRASIL, 2002), que propõem a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, voltadas para a discussão sobre questões socioambientais, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Por ser um instrumento de transformação social a Educação Ambiental envolve a compreensão e reapropriação do conhecimento sobre os contextos, desde os aspectos objetivos físicos naturais aos aspectos subjetivos políticos, econômicos, culturais e sociais. Isso implica na necessidade de perceber as relações de poder, construir uma visão política de

sociedade e ir além da concepção naturalística. Para tanto, a Educação Ambiental pode contribuir partindo da construção de um Saber Ambiental multidisciplinar, não fragmentado, incluindo a construção de um pensar socioambiental. Nesta perspectiva de diálogo de saberes, é possível constituir uma Racionalidade Ambiental, com novas práticas, novos modos de ser e estar na sociedade, reapropriando o conhecimento e transcendendo as consequências da crise civilizatória (LEFF, 2010).

b) Educação em Direitos Humanos

A Resolução nº 01/12 (BRASIL, 2012), estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos e tem como finalidade promover a educação relacionada a transformação social.

Em conformidade com o Art. 3º a Educação em Direitos Humanos fundamenta-se nos seguintes princípios: a) dignidade humana; b) igualdade de direitos; c) reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; d) laicidade do Estado; e) democratização na educação; f) transversalidade, vivência e globalidade e g) sustentabilidade socioambiental.

A temática da Educação em Direitos Humanos, como eixo transversal, visa promover reflexões no espaço educativo relativas às práticas democráticas, que levem à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, além de promover e ampliar a visão de Direitos Humanos e da diversidade cultural e social.

c) A Educação das Relações Étnico-Raciais

A Educação das Relações Étnico-Raciais é regulamentada pela Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio. O Parecer do CNE/CP nº 03/04 (BRASIL, 2004a) detalha os direitos e obrigações dos entes federados ante a implementação da Lei e a Resolução CNE/CP nº 01/04 (BRASIL, 2004b) trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Cabe ressaltar que no Art. 1º:

A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de Ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2004b).

Diante disso, a legislação determina que as instituições de ensino superior incluam as Relações Étnico-Raciais nos conteúdos e atividades curriculares dos seus cursos

regulares. Portanto, faz-se necessário que nos cursos de formação de professores efetive-se tal discussão, não apenas pela exigência legal, mas por sua relevância na formação docente.

No âmbito dos Institutos Federais, tais ações vêm sendo trabalhadas com as políticas voltadas para a afirmação da diversidade cultural, através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), que desenvolve atividades com essa temática. Desse modo, compreende-se que esse eixo, além de ser desenvolvido em parceria com ações desenvolvidas pelo NEABI, também deve fazer parte dos conteúdos e atividades curriculares.

5.4 Perfil do egresso

O **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** do IFRS *Campus* Rio Grande busca formar docentes que possam:

- a)** Saber como ensinar os conhecimentos de sua área de formação inicial;
- b)** Compreender a pesquisa como elemento instituinte da prática docente;
- c)** Desenvolver uma práxis pedagógica da educação profissional;
- d)** Demonstrar conhecimento sobre os estudantes, seus contextos de vida e como eles aprendem;
- e)** Conhecer as relações entre o desenvolvimento dos estudantes, a aprendizagem e o ensino;
- f)** Compreender na práxis educativa, a relação entre ensino, pesquisa e extensão;
- g)** Disseminar a cultura da sustentabilidade, igualdade racial, de gênero e ética da diversidade;
- h)** Conhecer a estrutura e a gestão nos sistemas educacionais;
- i)** Ter uma ação pedagógica humanizadora, politicamente engajada e ambientalmente situada;
- j)** Avaliar se ações planejadas resultam em efetiva aprendizagem;
- k)** Criar e gerir os ambientes de aprendizagem incluindo as tecnologias da informação e comunicação (TICs);
- l)** Avaliar o desenvolvimento do estudante, da aprendizagem e do ensino;
- m)** Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- n)** Engajar-se com a comunidade visando a melhoria do ambiente educacional;

- o) Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional e a formação continuada, com vistas à atualização permanente nas áreas do conhecimento específico e pedagógico.

5.5 Diretrizes e atos oficiais

Quanto ao aspecto legal, os cursos de Formação Pedagógica encontram respaldo nos seguintes dispositivos da legislação educacional: Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), Resolução CNE nº 06/12 (BRASIL, 2012) e Resolução CNE nº 02/19 (BRASIL, 2019).

Com relação à Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), o Art.7º, estabelece os objetivos dos Institutos Federais, entre os quais constam ministrar cursos em nível de educação superior através de licenciaturas, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a Educação Profissional (BRASIL, 2008). Essa legislação visa minimizar a carência de formação docente que existe no sistema educacional brasileiro, especialmente para os docentes que atuam ou pretendem atuar na EBTT.

Nesse sentido, a Resolução CNE nº 06/12(BRASIL, 2012), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível Médio, apresenta em seu Art. 40 que:

A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de nível Médio deve ser realizada em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Assim, este **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** toma por base a Resolução CNE nº 02/19 (BRASIL, 2019), que atualmente define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) “a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente” (BRASIL 2019).

Além da legislação citada, a organização acadêmica, administrativa e pedagógica do **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** tem como base:

- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional;
- Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional e dá outras providências;
- Resolução CNE/CEB nº 01/2014 Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- Resolução CNE/CEB nº 06/2012 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução nº 1 CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Instrução Normativa nº 001/2020 PROEX/PROEN/DGP do IFRS, que regulamenta as diretrizes e procedimentos para organização e realização do estágio supervisionado;

- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS, aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 84/2018;
- Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRS, aprovado pela Resolução nº 064/2018;
- Regimento Geral do IFRS, aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme a Resolução nº 66/2018;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (INEP, 2017);
- Organização Didática do IFRS, conforme Resolução do Conselho Superior nº 46, de 08/2017.

Atos oficiais que se relacionam diretamente com o curso:

Ato de autorização: Resolução Consup nº 97 de 21 de setembro de 2010, que autoriza o funcionamento do curso **Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica**.

Aprovação da Alteração do Projeto Pedagógico do Curso: Resolução nº 005, de 06 de fevereiro de 2015, que altera o PPC do curso **Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica** que passa a ser **Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional (Licenciatura)**

Portaria nº 322, de 21 de julho de 2016, Diário Oficial da União nº 140, sexta-feira, 22 de julho de 2016, ISSN 1677-7042, página 146. Reconhecimento do Curso Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional (Licenciatura).

5.6 Formas de ingresso

O ingresso para o **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** atende às determinações da legislação nacional vigente, bem como à Política de Ingresso Discente e de Ações Afirmativas do IFRS, de acordo com as Resoluções aprovadas no Conselho Superior do IFRS.

Para cada processo seletivo, destinado para graduados não licenciados, os critérios específicos do concurso, suas etapas e cronograma de execução serão apresentados em edital, e será dada ampla divulgação do processo nos meios de comunicação locais, regionais e pela Internet. No ato da matrícula, o discente deverá ter concluído o Ensino Superior e atender demais requisitos referenciados no edital.

5.7 Princípios filosóficos e pedagógicos do Curso

Em acordo com os princípios legais, filosóficos e pedagógicos que fundamentam a criação dos IFs, o curso, no contexto de uma instituição pública da rede federal, busca proporcionar uma formação que promova a perspectiva de uma Educação Profissional emancipatória. Além disso, que contribua com as práticas educativas dos professores em formação. Para tanto, necessita ser compromissada com uma formação que promova os saberes da competência técnica de forma relacionada à formação ética e cidadã dos estudantes. Com isso, espera-se que os licenciados compreendam os paradigmas que orientam a Educação Profissional.

Também assume como princípio a formação de docentes por meio de saberes pedagógicos teóricos e práticos, éticos, inclusivos, críticos e estéticos. Para Rios (2010), as dimensões da docência abrangem:

[...] uma dimensão técnica, uma dimensão política, uma dimensão estética e uma dimensão moral. Afirmar isto, entretanto, não significa dizer que ela é de boa ou má qualidade. É necessário, então, indagar: de que caráter deve se revestir cada uma das dimensões da ação docente para que a qualifiquemos de competente (p. 93).

Em consonância com a autora, o sentido da formação pedagógica para a Educação Profissional é a construção de possibilidades para que o futuro docente possa articular os fundamentos da educação aos desafios práticos da docência. Isso visando que essa aprendizagem seja humana e tenha sentido no cotidiano.

Além disso, é pressuposto do curso, proporcionar uma formação pautada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, conforme Art. 2º da Organização Didática (OD) do IFRS. O incentivo à participação em atividades de extensão e a divulgação dos projetos de pesquisa do *Campus*, em especial pesquisas ligadas à Educação Profissional, fazem parte das ações propostas pelo curso. A possibilidade de participação em grupos de pesquisas na área da Educação, como por exemplo: Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica (GEPEPT) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (GEPEA), sem dúvida contribuirão para a articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Do mesmo modo, demarca a organização do Curso os princípios como a ética, o desenvolvimento humano, a inovação, a autonomia, a transparência, o respeito e o compromisso social, tendo em vista o PDI 2019-23 (IFRS, 2018).

Nos ensinamentos do educador Paulo Freire, não existe ensino sem aprendizagem, pois “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2003, p.

23). Para o autor e para vários educadores contemporâneos, educar alguém é um processo dialógico, que envolve um intercâmbio constante. Nessa relação, educador e educando trocam de papéis o tempo inteiro: o educando aprende ao passo que ensina seu educador e o educador ensina e aprende com seu estudante.

No entender de Freire, no processo pedagógico, alunos e professores devem assumir seus papéis conscientemente – não são apenas sujeitos do “ensinar” e do “aprender”, e sim, seres humanos com histórias e trajetórias únicas. Para o educador, no processo de ensino e aprendizagem é preciso reconhecer o Outro (professor e aluno) em toda sua complexidade, em suas esferas biológicas, sociais, culturais, afetivas, linguísticas entre outras. Portanto, o ensino e a aprendizagem promovem o diálogo entre o conteúdo curricular (formal) e os conteúdos únicos (vivências, história, individualidade) tanto do professor quanto do estudante.

Tais pressupostos dialogam com os autores Moraes, Ramos e Galiazzi (2004) quando afirmam que:

[...] uma abordagem de ensinar e aprender, procura pelo diálogo, pela problematização do conhecimento, pela produção de novos argumentos e pela sua validação nesse coletivo, dar conta desse processo cooperativo de investigação na sala de aula, por meio do qual o desenvolvimento individual e coletivo é incentivado (p.105).

Assim, os pressupostos pedagógicos buscam sulevar¹ o processo de construção do conhecimento neste Curso, baseados no diálogo, na alteridade, no coletivo e na perspectiva de horizontalidade nas relações pedagógicas. Com isso, pretende-se que o curso, se constitua em um processo contínuo de relações coletivas (IFRS, 2018).

5.8 Representação gráfica do perfil de formação

O **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** se desenvolverá modularmente. Os quatro (4) módulos estão distribuídos em quatro (4) semestres, sendo esse o tempo de integralização do curso. A representação gráfica a seguir, conforme a Figura 1, apresenta os módulos e os componentes curriculares que compõem cada semestre letivo.

¹ Termo utilizado por Paulo Freire no Livro *Pedagogia da Esperança*, 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

Módulo I	Módulo II	Módulo III	Módulo IV
1. História da Educação Profissional no Brasil	7. Organização didático-pedagógica na Educ. Profissional I	13. Organização didático-pedagógica na Educ. Profissional II	20. Formação e Profissionalização Docente
2. Fundamentos da Educação Profissional	8. Aprendizagem e Neurociência aplicada a Educação	14. Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional	
3. Educação, Jovens, Adultos e o Mundo do Trabalho	9. Pesquisa em Educação: Epistemologias e Metodologias	15. Inclusão Educacional de Estudantes com Deficiência na Educação Profissional	
		16. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	
4. Trabalho de Conclusão de Curso I	10. Trabalho de Conclusão de Curso II	17. Trabalho de Conclusão de Curso III	21. Trabalho de Conclusão de Curso IV
5. Atelier de Prática Pedagógicas I	11. Atelier de Prática Pedagógicas II	18. Atelier de Prática Pedagógicas III	22. Atelier de Prática Pedagógicas IV
6. Estágio I	12. Estágio II	19. Estágio III	23. Estágio IV

Figura 1 – Representação gráfica do perfil de formação

Legenda.

	Grupo I - Saberes Docentes
	Grupo I - Saberes Docentes (pesquisa)
	Grupo II - Práticas Pedagógicas
	Grupo II - Estágio Docente

5.9 Orientação para a construção da organização curricular do Curso

A organização curricular do Curso foi balizada pelos seguintes documentos: Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Além destes, pelos documentos próprios do IFRS: Organização Didática (OD) do IFRS, Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017; Documento Orientador para elaboração dos PPCs de Cursos de Licenciaturas do IFRS, construído a partir do 1º Fórum das Licenciaturas do IFRS; ainda, a Instrução Normativa Proen Nº 002, de 09 de junho de 2016, que regulamenta os procedimentos, os prazos e os fluxos

para a elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos no IFRS, bem como da sua extinção.

Também foi considerada a seguinte base legal: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental; Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

5.9.1 Organização Curricular do curso – Matriz Curricular

A carga horária total do curso ao ser distribuída em quatro (4) semestres letivos objetiva reduzir a carga horária diária/semanal, fator que impacta nas condições de permanência dos alunos que estudam a noite. Espera-se que, com essa organização curricular, seja possível minimizar a repetência e a evasão e, que, para além disso, o estudante tenha o tempo necessário para compreender os paradigmas epistemológicos que o constituirão como docente na Educação Profissional.

A estrutura da matriz curricular é apresentada no Quadro 1. Nele estão os componentes curriculares correspondentes a cada módulo, organizados ao longo de quatro semestres letivos.

Quadro 1 – Organização curricular

Semestre	COMPONENTE CURRICULAR	Horas Relógio 60'	Horas Aulas 50'	Aulas na Semana	Pré requisitos
Primeiro	Módulo I				
	1. História da Educação Profissional no Brasil	50,0	60,0	3,0	
	2. Fundamentos da Educação Profissional	50,0	60,0	3,0	
	3. Educação, Jovens, Adultos e o Mundo do Trabalho	50,0	60,0	3,0	
	4. Trabalho de Conclusão de Curso I	16,0	20,0	*	
	5. Atelier de Práticas Pedagógicas I	16,0	20,0	*	
	6. Estágio I	33,0	40,0	*	
	Total no semestre	215,0	260,0	9,0	
Segundo	Módulo II				
	7. Organização didático-pedagógica na Educação Profissional I	50,0	60,0	3,0	Módulo I
	8. Aprendizagem e Neurociência Aplicada a Educação	50,0	60,0	3,0	
	9. Pesquisa em Educação: Epistemologias e Metodologias	50,0	60,0	3,0	
	10. Trabalho de Conclusão de Curso II	16,0	20,0	-	
	11. Atelier de Práticas Pedagógicas II	33,0	40,0	-	
	12. Estágio II	33,0	40,0	-	
	Total no semestre	232,0	280,0	9,0	
Terceiro	Módulo III				
	13. Organização didático-pedagógica na Educação Profissional II	50,0	60,0	3,0	Módulo II
	14. Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional	50,0	60,0	3,0	
	15. Inclusão Educacional de Estudantes com Deficiência na Educação Profissional	16,0	20,0	1,0	
	16. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	33,0	40,0	2,0	
	17. Trabalho de Conclusão de Curso III	16,0	20,0	-	
	18. Atelier de Práticas Pedagógicas III	50,0	60,0	-	
19. Estágio III	33,0	40,0	-		
	Total no semestre	248,0	300,0	9,0	
Quarto	Módulo IV				
	20. Formação e Profissionalização Docente	50,0	60,0	3,0	Módulo III
	21. Trabalho de Conclusão de Curso IV	66,0	80,0	-	
	22. Atelier de Práticas Pedagógicas IV	100,0	120,0	-	
	23. Estágio IV	100,0	120,0	-	
	Total no semestre	316,0	380,0	3,0	
Carga Horária Total do Curso		1.011,0	1.220,0		

Os componentes curriculares **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - I; II; III e IV); Atelier de Práticas Pedagógicas (I; II; III e IV); e Estágio (I; II; III e IV)** não seguem a mesma lógica dos demais componentes curriculares. Estes serão realizados em espaços/tempos,

chamados **Rodas de Orientação**, que correspondem a alguns encontros para orientações coletivas e/ou individuais em sala de aula e/ou laboratório. O restante da carga horária desses componentes será disponibilizado para que os estudantes desenvolvam suas atividades de pesquisa, de práticas pedagógicas e de estágios em outros ambientes, mas sempre mediados por orientadores.

Conforme o padrão institucional adotado para carga horária dos cursos, cada hora aula equivale a cinquenta (50) minutos. Assim, como cada encontro diário contempla três (3) horas aula, então um turno corresponde a duas vírgula cinco (2,5) horas diárias. Semanalmente, para os Módulos I, II e III serão três (3) encontros diários correspondendo a nove (9) horas aula equivalentes a sete vírgula cinco (7,5) horas semanais. Já no Módulo IV será apenas um encontro semanal de três (3) horas aula. Além disso, existem os encontros relativos às orientações para os TCC, Atelier de Práticas Pedagógicas e Estágios.

Nessa configuração o estudante terá mais tempo disponível para desenvolver as atividades fora da sala de aula e assim obter sucesso no curso.

5.9.2 Práticas profissionais

Considerando a Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017, a qual estabelece a Organização Didática do IFRS, em seu capítulo IX das práticas profissionais no Art. 224, esta estabelece que,

[...] a prática profissional é obrigatória aos estudantes de todos os cursos do IFRS e consiste em condição essencial para o direito ao diploma ou certificado de conclusão de curso.

Art. 225. A prática profissional deverá constituir-se como um procedimento didático-pedagógico que articula os saberes apreendidos nas atividades educativas formais, específicos de cada área de formação e dos diferentes níveis de ensino, com os saberes do mundo do trabalho, de modo que promova o aperfeiçoamento técnico, científico, tecnológico e cultural dos estudantes, bem como, contribua com a sua formação para a cidadania.

Art. 226. A prática profissional será realizada [...] podendo [...] ser desenvolvida como componente curricular. (IFRS 2017)

De acordo com a Resolução Nº 02 de 2019, com relação as práticas, em seu Art. 4º, consta:

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e

IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

Nesse contexto a prática pedagógica curricular do curso foi planejada para ser desenvolvida ao longo do curso. Assim, está dividida em quatro (4) componentes curriculares, um (1) por semestre. São eles: **Atelier de Práticas Pedagógicas I**, com dezesseis (16) horas, **Atelier de Práticas Pedagógicas II**, com trinta e três (33) horas, **Atelier de Práticas Pedagógicas III**, com cinquenta (50) horas e **Atelier de Práticas Pedagógicas IV**, com cem (100) horas.

Nesses componentes os estudantes vão, entre seus pares, aplicar os conhecimentos específicos desenvolvidos ao longo do curso, num processo de preparação para o estágio docente detalhados no tópico 5.12.1

5.10 Programa por Componentes Curriculares

A seguir será apresentada uma sequência de quadros, cada um contendo os detalhes de cada módulo e de seus componentes curriculares: o objetivo, a carga horária em horas aula e em horas relógio, a ementa e as bibliografias básicas e complementares, que correspondem respectivamente aos quatro (4) módulos do curso. Iniciando pelo módulo I terminado pelo módulo IV.

Na sequência, no Quadro 2 serão apresentados os componentes curriculares do Módulo I, que não apresenta pré-requisitos.

Quadro 2 – Módulo I

Componente curricular 1:	Período	Horas relógio	Horas aula
História da Educação Profissional no Brasil	1º semestre	50	60
Objetivo geral do componente curricular: Identificar os diferentes paradigmas sociais e da educação que permearam a trajetória da Educação Profissional e as ideologias implícitas nas políticas e legislações que influenciam a constituição do campo da Educação Profissional.			
Ementa: Estudo da história da educação, da cultura tribal ao presente. Estudo da cultura afro-brasileira e indígena e sua participação nos primórdios do ensino profissionalizante no Brasil. Introdução e objetivos da Educação Profissional. Concepções de Educação Profissional na história da educação. Percursos e contextos da Educação Profissional no Brasil. LDBEN (Lei nº 9394/96). Plano Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional. Política Nacional de Educação Ambiental.			
Referências: Básica: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.			

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
 MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892/08.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil.** 3 ed. 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOLL, Jaqueline. **Educação profissional no Brasil contemporâneo.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política.** 38. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

SHIROMA, Eneida Oto, et al. **Política Educacional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Não se aplica.

Componente curricular 2:	Período	Horas relógio	Horas aula
Fundamentos da Educação Profissional	1º semestre	50	60
Objetivo geral do componente curricular:			
Compreender as bases teóricas que constituem a Educação Profissional e as teorias que fundamentam a Educação Profissional em diferentes perspectivas e períodos históricos.			
Ementa:			
Bases teóricas da Educação Profissional e suas interfaces com a Ciência e a Tecnologia. Conceito Positivista de Ciência e Tecnologia. A Escola de Frankfurt e sociologia do conhecimento. Negação da neutralidade científica. Educação, Ambiente e Sociedade. A função social das Instituições de Educação Profissional nas sociedades complexas. Movimentos sociais e Educação Profissional. Epistemologias que fundamentam a prática docente. Teorias que fundamentam a Educação em diferentes períodos históricos. Tendências Pedagógicas da educação.			
Referências:			
Básica:			
LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.			
HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. (Tradução: Arthur Morão). Lisboa – Portugal: Edições 70, 1968.			
LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.			
Complementar:			
GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia da educação. São Paulo: Ática, 2006.			
GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 2005.			
KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. (Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira) 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 (Coleção Debates).			
SAVIANI, Demerval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1991.			
SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.			
Pré-requisitos e co-requisitos:			
Não se aplica.			

Componente curricular 3:	Período	Horas relógio	Horas aula
Educação, Jovens, Adultos e o Mundo do Trabalho	1º semestre	50	60
Objetivo geral do componente curricular:			

Perceber as relações entre juventude, educação e trabalho, e as especificidades da Educação Profissional nas modalidades Integrado, Subsequente e PROEJA.

Ementa:

Fundamentos das relações entre trabalho e educação. O trabalho como princípio educativo. Educação e Capitalismo. As relações entre educação, mercado de trabalho e mundo do trabalho. Relações entre sistemas de produção de bens materiais, profissionalização e formação do trabalhador. Ensino Profissional Integrado. Ensino Profissional Subsequente. Ensino Profissional de EJA (PROEJA) Percursos e contextos da EJA no Brasil. A EJA frente às Políticas Públicas.

Referências:

Básica:

GOMES, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006. Disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br> >

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, p. 152 – 180. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci_abstract&tlng=pt >

Complementar:

BALZAN, Carina Fior Postinger; ZORZI, Fernanda; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko. **Refletindo sobre PROEJA: produções de Bento Gonçalves**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 2013.

BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROEJA – Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento base**. Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, ago. 2007.

Suzana. **O Cérebro em transformação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Não se aplica.

Componente curricular 4: Trabalho de Conclusão de Curso I	Período	Horas relógio	Horas aula
	1º semestre	16	20

Objetivo geral do componente curricular:
Descrever a trajetória escolar, do estudante, do ensino fundamental ao ensino superior identificando os diversos tipos de práticas escolares vivenciadas durante o percurso.

Ementa:
Construção de um Memorial descritivo. Escrita narrativa. Trajetória escolar e profissional.

Referências:

Básica:
BRONER, Ester Maria. A escrita de diários no processo de formação profissional. In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura (org.). **Porque escrever é fazer história: revelações, subversões e superações**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 303-321.
CANÁRIO, Rui. Prefácio. In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura (org.). **Porque escrever é fazer história: revelações, subversões e superações**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 11-16.
FUJIKAWA, Mônica M. **A escrita como pretexto de reflexão da prática pedagógica e como estratégia de intervenção na formação de professores**. In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura

(org.). **Porque escrever é fazer história: revelações, subversões e superações.** Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 234-244.

Complementar:

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. **O diário de pesquisa: estudante universitário e seu processo formativo.** Brasília: Liberlivro, 2010.

CASALI, Alípio. O legado de Paulo Freire para a pesquisa (auto)biográfica. In: PASSEGG, Maria da Conceição; BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre. **Narrativas de formação e saberes biográficos.** Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 25-44.

COLELLO, Silvia Maria Gasparian. **A escola que (não) ensina a escrever.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 2006.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa.** Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Não se aplica.

Componente curricular 5:	Período	Horas relógio	Horas aula
Atelier de Práticas Pedagógicas I	1º semestre	16	20
Objetivo geral do componente curricular: Construir um portfólio e apresentá-lo a seus pares.			
Ementa: Construção de um Portfólio considerando a trajetória escolar e acadêmica dos estudantes, vinculada com as Teorias Educacionais e a História da Educação Profissional.			
Referências:			
Básica:			
CONSTANTINO, Noel Alves. O Portfólio na sala de aula presencial e virtual. Natal: IFRN Editora, 2008.			
MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.			
VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2013.			
Complementar:			
ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.			
CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. Campinas, SP: Papyrus, 1989.			
PIMENTA, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.			
SAVIANI, Demerval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 38. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2006.			
Pré-requisitos e co-requisitos: Não se aplica.			

Componente curricular 6:	Período	Horas relógio	Horas aula
Estágio I	1º semestre	33	40
Objetivo geral do componente curricular: Conhecer a legislação que regulamenta o estágio docente e o fluxo do estágio docente na realidade da Educação Profissional das instituições de ensino envolvidas no estágio.			
Ementa: Legislação de estágio docente e fluxo de realização de estágio.			
Referências:			
Básica:			

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2009.

Complementar:

BURIOLA, Marta A. **O Estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, Ano 23, Vol. 2 2007. Disponível em <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>>

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Não se aplica.

O Módulo I constitui-se como pré-requisito para o Módulo II, cujas ementas e especificidades de cada componente curricular que integra seu núcleo estão apresentadas a seguir, no Quadro 3, com suas respectivas cargas horárias.

Quadro 3 – Módulo II

Componente curricular 7:	Período	Horas relógio	Horas aula
Organização Didático-Pedagógica na Educação Profissional I	2º semestre	50	60
Objetivo geral do componente curricular: Construir noções teórico-práticas acerca do planejamento e realização do trabalho pedagógico docente na educação profissional.			
Ementa: Didática: Componentes do processo de ensino e de aprendizagem: recursos e modalidades didáticas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Planejamento educacional. Gestão da sala de aula. Articulação entre planejamento do ensino e o Projeto Político e Pedagógico. Microaulas. Dinâmicas de Grupos. Mapas mentais. Produção de Material didático. Laboratório de Didática.			
Referências: Básica: LIBÂNEO, José Carlos. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. RIOS, Terezinha Azêredo. Ética e Competência . 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011. VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto político-pedagógico: uma construção possível . Campinas, SP: Papirus, 1995. Complementar: ANTUNES, Celso. Manual de técnicas: de dinâmicas de grupo de sensibilização de ludopedagogia . Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade . 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006. GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo na educação . 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.			

DELL'ISOLA, Alberto; ED, Lucas. **Mentes brilhantes: como desenvolver todo o potencial do seu cérebro.** 2.ed. São Paulo: Universo dos Livros, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal.** São Paulo: Cortez, 2000.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo I.

Componente curricular 8:	Período	Horas relógio	Horas aula
Aprendizagem e Neurociência Aplicada a Educação	2º semestre	50	60

Objetivo geral do componente curricular:

Compreender as diferentes perspectivas teóricas acerca da aprendizagem e do desenvolvimento humano e as relações entre neurociências e educação, identificando fatores biopsicossociais que influenciam os processos de ensino e de aprendizagem.

Ementa:

Abordagens psicológicas do desenvolvimento e da aprendizagem: adolescência e vida adulta. Teorias: Comportamentalista, Cognitivista, Psicanalítica, Sócio interacionista, Sócio histórica, Inteligências Múltiplas. Oficina sobre dificuldades de aprendizagem. Memória, atenção e percepção e o impacto na aprendizagem. Funções executivas. As emoções nos processos de ensino e de aprendizagem. Mediação docente. Transtornos e dificuldades de aprendizagem.

Referências:

Básica:

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques; ROSSATO, Geovanio. **Psicologia do desenvolvimento.** 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018.

METRING, Roberte; SAMPAIO, Simaia (orgs.). **Neuropsicopedagogia e aprendizagem.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo: Summus, 2016.

Complementar:

AGUILAR, Renata. **Neurociência aplicada à educação.** 2. ed. São Paulo: Edicon, 2019.

CAREY, Benedict. **Como aprendemos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI, A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Volumes 1, 2 e 3. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COSENZA, R.M.; GUERRA, L.B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

SIEGEL, Daniel J. **Cérebro adolescente: a coragem e a criatividade da mente dos 12 aos 24 anos.** São Paulo: Versos, 2016.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo I.

Componente curricular 9:	Período	Horas relógio	Horas aula
Pesquisa em Educação: Epistemologias e Metodologias	2º semestre	50	60

Objetivo geral do componente curricular:

Identificar os diferentes paradigmas que compõem as pesquisas em educação, compreendendo-os em seus aspectos epistemológicos e metodológicos.

Ementa:

Epistemologia. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Pesquisa em educação. Paradigmas de pesquisa em educação. Metodologias de pesquisa em educação. Análise das informações. Metodologias de análise de dados e Informações de natureza qualitativa (Análise Textual do Discurso; Análise Textual de Conteúdos; Análise Textual Discursiva).

Referências:**Básica:**

GHEDIN, Evandro e FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método:** na construção da pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S., **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva.** Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza. **Etnografia da prática escolar.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2010.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 11. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PEREIRA, Vilmar Alves; CLARO, Lisiane Costa. **Epistemologia & metodologia:** nas pesquisas em educação. Passo Fundo, RS: Méritos, 2012.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação.** Lisboa: Edições 70, 1976.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo I.

Componente curricular 10:	Período	Horas relógio	Horas aula
Trabalho de Conclusão de Curso II	2º semestre	16	20

Objetivo geral do componente curricular:

Elaborar um projeto de pesquisa no contexto da docência na Educação Profissional.

Ementa:

Construção do Projeto de Pesquisa, a partir dos elementos que o compõe.

Referências:**Básica:**

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

GHEDIN, Evandro e FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método:** na construção da pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

Complementar:

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso:** O princípio da pesquisa. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro e FRANCO, Maria Amélia Santoro (org.). **Pesquisa em educação:** alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo I.

Componente curricular 11:	Período	Horas relógio	Horas aula
Atelier de Práticas Pedagógicas II	2º semestre	33	40

Objetivo geral do componente curricular:

Praticar atividades docentes de planejamento, apresentando entre seus pares:

Ementa:

Elaboração de Plano de Ensino, de Plano de Aula, vislumbrando a construção de Projeto de pesquisa e/ou extensão.

Referências:**Básica:**

VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo na educação**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Complementar:

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Didática: O Ensino e suas relações**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo I.

Componente curricular 12:	Período	Horas relógio	Horas aula
Estágio II	2º semestre	33	40
Objetivo geral do componente curricular: Conhecer o cotidiano pedagógico de uma instituição da Educação Profissional.			
Ementa: Cotidiano da Educação Profissional: estrutura física e pedagógica. Sujeitos (gestão, grupo docente, grupo discente e comunidade local).			
Referências:			
Básica:			
HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover . 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.			
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: Teoria e Prática . Goiânia: Alternativa, 2001.			
PIMENTA, Selma Garrido (org.). Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2009.			
Complementar:			
FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar . 18. ed. São Paulo: Olho D'água, 2007.			
FREIRE, Paulo. A Educação na cidade . 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006			
PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . São Paulo: Cortez, 2002.			
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções . Revista Poiesis. Volume 3, Números 3 e 4, p.5-24, 2005/2006.			
BURIOLLA, Marta Alice. O Estágio supervisionado . São Paulo: Cortez, 2008.			
Pré-requisitos e co-requisitos: Todos os componentes curriculares do Módulo I.			

O Módulo II constitui-se como pré-requisito para o Módulo III, cujas ementas e especificidades de cada componente curricular que integra seu núcleo estão apresentadas a seguir, no Quadro 4, com suas respectivas cargas horárias.

Quadro 4 – Módulo III

Componente curricular 13:	Período	Horas relógio	Horas aula
Organização Didático-pedagógica na Educação Profissional II	3º semestre	50	60

Objetivo geral do componente curricular:

Contextualizar as teorias do currículo em espaços, tempos e perspectivas teóricas, compreendendo-as como possibilidades de relações de poder, ideologias e identidade das escolas, percebendo a avaliação da aprendizagem como processo metódico, permanente e dialógico de acompanhamento e não como instrumento de punição.

Ementa:

Concepções de currículo e seus determinantes culturais, históricos, sociais e tecnológicos. Teorias tradicionais. Teorias críticas do currículo. Teorias pós-críticas. Projeto Pedagógico-curricular. Currículo integrado: inter, trans e multidisciplinaridade. Diferentes paradigmas em avaliação. Avaliação educacional: da aprendizagem e institucional. Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem numa perspectiva emancipatória. Conselho de Classe. Reunião de pais. Elaboração de provas e outros documentos avaliativos.

Referências:**Básica:**

MOREIRA, A. F. (org.). **Currículos e programas no Brasil**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
SANT'ANA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
SILVA, Tomaz. Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Complementar:

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.
SACRISTAN, Gimeno (org.) **Saberes e Incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
VASCONCELLOS, Celso dos S. **Currículo: a atividade humana como princípio educativo**. 2. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo II.

Componente curricular 14:	Período	Horas relógio	Horas aula
Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional	3º semestre	50	60

Objetivo geral do componente curricular:

Identificar possibilidades de alternativas pedagógicas por meio das TICs, percebendo suas contribuições para o campo da Educação Profissional.

Ementa:

Tendências de utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na Educação. Softwares aplicativos. Software livre na educação. Ambiente virtual no processo de ensino e de aprendizagem. Educação a Distância. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Tecnologias Assistivas.

Referências:**Básica:**

MORAN, Jose Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
ROSINI, Alessandro Marco. **As novas tecnologias da informação e a educação à distância**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
PRADO, Ana. **Entendendo o aluno do século 21 e como ensinar a essa nova geração**. [S.l.]: Geekie, 2016. 18 p. (Educação e Evolução). E-Book.

Disponível em: <<https://site.geekie.com.br/blog/entendendo-aluno-seculo-21/#:~:text=Neste%20ebook%20online%20e%20gratuito,com%20o%20uso%20da%20tecnologia.>>

Acesso em: 24set. 2020.

Complementar:

GEEKIE. **Pequeno glossário de inovação educacional.** E-Book. Disponível em <<https://site.geekie.com.br/blog/ebook-glossario-inovacao/>> Acesso em: 24 set. 2020.

GEEKIE. **As ferramentas digitais mais populares em sala de aula.** E-Book. Disponível em <<https://site.geekie.com.br/blog/ferramentas-digitais-sala-aula/>> Acesso em: 24 set. 2020.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. **Travessia para fluxos desejantes do professor-propositor.** In: OLIVEIRA, Maria Oliveira de (org.). Arte, educação e cultura. Santa Maria,RS: Ed. da UFSM, 2007.

MOORE, Michael G. **Educação à distância: uma visão integrada.** São Paulo: Thomson, Learning, 2007.

GUIMARÃES, Angelo de Moura. **Introdução às tecnologias da informação e da comunicação: tecnologia da informação e da comunicação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. Disponível em <<https://www.ufjf.br/quimicaead/files/2013/05/ITIC-Tecnologia-da-Infoma%C3%A7%C3%A3o-e-do-Conhecimento.pdf>> Acesso em: 24 set. 2020.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo II.

Componente curricular 15:	Período	Horas relógio	Horas aula
Inclusão Educacional de Estudantes com Deficiência na Educação Profissional	3º semestre	16	20
Objetivo geral do componente curricular: Compreender as especificidades da inclusão de alunos com deficiência no contexto da Educação Profissional.			
Ementa: Inclusão Educacional: trajetória e concepções. Políticas e legislações sobre a Educação Inclusiva no Brasil. Inclusão em espaços educativos. As possibilidades de recursos teóricos/didáticos e de tecnologia assistiva para a Educação Profissional.			
Referências:			
Básica:			
BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.			
PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.			
SONZA, Andréa. Reflexões sobre o currículo inclusivo / Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton, Anderson Dallagnol. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018.			
Complementar:			
BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.			
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção cotidiano escolar).			
SONZA, Andréa. Soluções acessíveis: experiências inclusivas no IFRS. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2014.			
SONZA, Andréa. Ações afirmativas do IFRS. Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton e Jair Adriano Strapazzon (orgs.). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2015.			
SONZA, Andréa. Coleção estudos afirmativos, 7 ações afirmativas: a trajetória do IFRS como instituição inclusiva. Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton, Jair Adriano Strapazzon e André Lázaro (orgs.). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016.			
Pré-requisitos e co-requisitos:			
Todos os componentes curriculares do Módulo II.			

Componente curricular 16:	Período	Horas relógio	Horas aula
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	3º semestre	33	40
Objetivo geral do componente curricular:			

Proporcionar aos estudantes o conhecimento da cultura e da comunidade surda, da língua destes usuários, no caso a Libras, aprendendo-a e a colocando-a em prática como educadores, utilizando da língua materna do aluno surdo para a interação e comunicação entre professor e aluno.

Ementa:

Metodologias de interação e integração da comunidade acadêmica ouvinte, com pessoas surdas usuárias da Língua de Sinais da cidade do Rio Grande. Conceito de Libras, explorando os fundamentos históricos da educação de surdos, os aspectos linguísticos da Língua, além de sinais específicos da área.

Referências:

Básica:

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que Língua é essa?** Crenças e Preconceitos em torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda. São Paulo: Parábola Editora, 2009.

QUADROS, R.M.& Karnopp. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

SERVIÇOS DE AJUDAS TÉCNICAS. **Minidicionário em Libras.** Faders. Porto Alegre: 2010. Disponível para download em: <http://www.faders.rs.gov.br/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf>

Complementar:

CAPOVILLA, F; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

PERLIN, Gládis. **As diferentes identidades surdas.** Disponível para download na página da FENEIS: <http://WWW.feneis.org.br/arquivos/As_Diferentes_Identidades_Surdas.pdf>

SKLIAR, C. Apresentação: **a localização política da educação bilíngüe para surdos.** In: SKLIAR, C (org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Vol 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. (orgs.) **Currículo e Avaliação: A diferença surda na escola.** Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2009.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo II.

Componente curricular 17:	Período	Horas relógio	Horas aula
Trabalho de Conclusão de Curso III	3º semestre	16	20
Objetivo geral do componente curricular: Elaborar um referencial teórico acerca da prática docente estabelecendo um diálogo com autores da Educação Profissional e o tema escolhido para a pesquisa.			
Ementa: Construção do Referencial teórico. Estado da Arte. Revisão bibliográfica. Construção.			
Referências:			
Básica:			
BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.			
FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.			
PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro e FRANCO, Maria Amélia Santoro (org.). Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Edições Loyola, 2006.			
Complementar:			
GHEDIN, Evandro e FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de método: na construção da pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2008.			
FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.			
FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Bookman, 2004.			
MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.			
TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.			

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo II.

Componente curricular 18:	Período	Horas relógio	Horas aula
Atelier de Práticas Pedagógicas III	3º semestre	50	60
Objetivo geral do componente curricular: Conhecer metodologias de ensino e aplicá-las entre seus pares.			
Ementa: Apresentação de diferentes metodologias de ensino entre os pares: aula expositiva, aula expositiva reinventada, atividades em grupo, diário de aula, estudo de caso, mapa conceitual, metodologias ativas.			
Referências:			
Básica: LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Técnicas de ensino: por que não? 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. GRILLO, Marlene; FREITAS, Ana Lúcia Souza; GESSINGER, Rosana Maria; LIMA, Valderez Marina do Rosário (Org.). A gestão da aula universitária na PUCRS . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em PDF em< https://noctuam.files.wordpress.com/2018/05/agestaodaaula.pdf >			
Complementar: FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar . 18. ed. São Paulo: Olho D'água, 2007. CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Saberes docentes e autonomia dos professores . Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática . Campinas: Papirus, 1989. RIOS, Terezinha Azêredo. Ética e competência . 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011. SACRISÁN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo . Porto Alegre: Penso, 2013.			
Pré-requisitos e co-requisitos: Todos os componentes curriculares do Módulo II.			

Componente curricular 19:	Período	Horas relógio	Horas aula
Estágio III	3º semestre	33	40
Objetivo geral do componente curricular: Conhecer as realidades vivenciadas na sala de aula da Educação Profissional.			
Ementa: Observação de aulas na Educação Profissional: integrado, subsequente e PROEJA, buscando conhecer o cotidiano da sala de aula.			
Referências:			
Básica: LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas . 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.			
Complementar: FRANCO, Maria Amélia do Rosário. Pedagogia e prática docente . São Paulo: Cortez, 2012. FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar . 18. ed. São Paulo: Olho D'água, 2007. GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido . São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: Teoria e Prática . Goiânia: Alternativa, 2001.			

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Euclides. (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo II.

O Módulo III constitui-se como pré-requisito para o Módulo IV, cujas ementas e especificidades de cada componente curricular que integra seu núcleo estão apresentadas a seguir, no Quadro 5, com suas respectivas cargas horárias.

Quadro 5 – Módulo IV

Componente curricular 20:	Período	Horas relógio	Horas aula
Formação e Profissionalização Docente	4º semestre	50	60
Objetivo geral do componente curricular: Construir conhecimentos acerca dos saberes docentes como possibilidade de pensar a identidade como docente da Educação Profissional e suas especificidades.			
Ementa: Identidade profissional docente. Saberes docentes. Docência e qualidade de vida. Professor Pesquisador. Conceitos de cultura e diversidade cultural, gênero, raça e etnia Educação como direito			
Referências: Básica: KARNAL, Leandro. Conversas com um jovem professor . São Paulo: Contexto, 2016. PIMENTA, Selma Garrido. (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2008. TARDIF, Maurice. Saberes docentes & formação profissional . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Complementar: ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e autoimagens . Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Saberes docentes e autonomia dos professores . Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. CANDAU, Vera Maria (org.). Educação em direitos humanos: formação de professores(as) . São Paulo: Cortez, 2012. FRANCO, Maria Amélia do Rosário. Pedagogia e prática docente . São Paulo: Cortez, 2012. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia . 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
Pré-requisitos e co-requisitos: Todos os componentes curriculares do Módulo III.			

Componente curricular 21:	Período	Horas relógio	Horas aula
Trabalho de Conclusão de Curso IV	4º semestre	66	80
Objetivo geral do componente curricular: Elaborar um artigo científico dentro das normas científicas e que contribua para o campo da docência na Educação Profissional.			
Ementa: Elaboração de Artigo Científico. Citações. Referências bibliográficas. Elaboração da apresentação oral.			
Referências: Básica: BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . Lisboa: Edições 70, 1977.			

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro e FRANCO, Maria Amélia Santoro (org.). **Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Complementar:

FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: O princípio da pesquisa**. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

GHEDIN, Evandro e FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método: na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo III.

Componente curricular 22:	Período	Horas relógio	Horas aula
Atelier de Práticas Pedagógicas IV	4º semestre	100	120
Objetivo geral do componente curricular: Exercitar a prática docente na sua área do conhecimento, entre os pares, por meio de mini aulas, vinculadas aos conteúdos pedagógicos do curso.			
Ementa: Construção e apresentação de mini aulas, considerando os seguintes aspectos: Roteiro de aula. Gestão da aula. Avaliação da aula.			
Referências: Básica: CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática . Campinas, SP: Papirus, 1989. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 1997. MORAN, Jose Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Campinas, SP: Papirus, 2000. Complementar: KARNAL, Leandro. Conversas com um jovem professor . São Paulo: Contexto, 2016. PIMENTA, Selma Garrido. (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2008. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico . São Paulo: Cortez, 2011. SANT'ANA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar? Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. TARDIF, Maurice. Saberes docentes & formação profissional . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.			
Pré-requisitos e co-requisitos: Todos os componentes curriculares do Módulo III.			

Componente curricular 23:	Período	Horas relógio	Horas aula
Estágio IV	4º semestre	100	120
Objetivo geral do componente curricular: Realizar a prática docente na Educação Profissional articulada aos conhecimentos pedagógicos construídos no curso com a área de formação do estagiário.			
Ementa: Exercício da Prática docente na Educação Profissional Técnica de nível Médio Integrado, subsequente ou PROEJA.			
Referências: Básica: CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática . Campinas, SP: Papirus, 1989. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 1997.			

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Complementar:

KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2016.

PIMENTA, Selma Garrido. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANT'ANA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

Pré-requisitos e co-requisitos:

Todos os componentes curriculares do Módulo III.

5.11 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), necessariamente, deverá estar vinculado aos temas relativos à prática docente na Educação Profissional, conforme regulamentação própria, apresentada no Apêndice III. O TCC deve ser desenvolvido ao longo do curso, nos quatro (4) componentes curriculares chamados TCC I, TCC II, TCC III e TCC IV e não apenas no último semestre cursado. A conclusão do TCC será atingida com o desenvolvimento do TCC IV e apresentação pública da produção textual elaborada. Esta é uma exigência para a conclusão do curso.

A Organização Didática do IFRS, em sua **Seção XI do Aproveitamento de Estudos**, no seu art. 209, permite o não aproveitamento de um componente curricular, conforme o parágrafo 3º “O PPC poderá prever, desde que devidamente fundamentado, o não aproveitamento de estudos de determinados componentes curriculares.”

Nesse sentido, com Relação ao aproveitamento de estudos do TCC, é vedada a convalidação de trabalho de pesquisa realizado pelo estudante em outro curso de graduação ou pós-graduação. A justificativa para o não aproveitamento se fundamenta no seguinte entendimento: se o estudante está fazendo um curso de formação pedagógica na área da Educação Básica Profissional é porque sua Formação Superior anterior não contemplou conhecimentos nesse campo do saber. Assim, o estudante não obteve essa formação, portanto suas pesquisas anteriores não estão em consonância com a formação pretendida na proposta do curso de Formação pedagógica. Embora possa ter pesquisado algum tema que encontre lugar na Educação Profissional, a abordagem provavelmente não encontre sintonia com a filosofia da formação de professores para a Educação Básica Profissional, afinal, não foi parte de sua formação pregressa.

5.12 Estágio Curricular

O estágio curricular configura-se com um tempo/espço para formação docente, na medida em que possibilita a articulação entre referenciais teóricos e práticos.

Uma proposta que reconheça o estágio como um dos componentes curriculares fundamentais para a qualidade dos processos formativos e construção de saberes docentes, envolve investir numa formação contextualizada (PIMENTA, 2010). Portanto, um dos objetivos do estágio é proporcionar aos estudantes da formação pedagógica, uma base reflexiva, pois conforme a autora, é necessário entender

[...] o estágio como campo de conhecimento, atribuindo-lhe um estatuto epistemológico que supere sua tradicional redução à atividade prática instrumental. [...] Campo de conhecimento que se produz na interação entre cursos de formação e o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas, o estágio pode se constituir em atividade de pesquisa. (PIMENTA, 2010, p. 29).

Pimenta (2010) considera o estágio como o eixo articulador na formação de professores, pois é por meio dele que o profissional em formação pedagógica tem a oportunidade de conhecer e repensar situações fundamentais para a construção da identidade e dos saberes docentes. Entretanto, é importante considerar que o estágio precisa estar articulado com oportunidades de estudo e de investigação.

Outro aspecto fundamental é a possibilidade de que o estudante de um curso de formação pedagógica desenvolva uma postura de pesquisador. Para tanto, faz-se necessário uma ação pedagógica coletiva, participativa, dialogada e contextualizada, em Rodas de Formação.

Assim, o estágio prepara para um trabalho docente coletivo, pois a tarefa escolar é resultado das ações dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais (PIMENTA, 2010). Isso justifica e, ao mesmo tempo, fundamenta as rodas de estágio que ocorrem ao longo do curso.

Portanto, o estágio propõe uma participação efetiva dos estudantes e dos orientadores, para que se apresente como uma possibilidade de refletir sobre as práticas docentes a fim de resignificá-las. Além do estágio obrigatório, há a possibilidade de o estudante realizar o estágio não obrigatório.

5.12.1 Estágio Obrigatório

O estágio curricular do **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** será realizado concomitantemente ao desenvolvimento dos módulos e envolverá, além das atividades práticas de sala de aula (a preparação, as aulas e sua avaliação), todas as atividades próprias da vida da escola, conforme regulamentação específica em Apêndice IV. O estágio deverá ser realizado em instituições que ofereçam a Educação Profissional e terá a orientação do IFRS, a partir de processos dialógicos com os sujeitos envolvidos.

O estágio ocorrerá da seguinte maneira:

- a) No primeiro Módulo, no Estágio I, o estudante irá conhecer: a legislação sobre o estágio docente na Educação Profissional; o fluxo necessário para sua realização; e conhecer o contexto estrutural e social de uma instituição de educação profissional;
- b) No segundo Módulo, no Estágio II, o estudante irá conhecer a estrutura funcional, pedagógica e de gestão da instituição de educação profissional;
- c) No terceiro Módulo, no Estágio III, o estudante irá conhecer as realidades vivenciadas na sala de aula da educação profissional;
- d) No quarto Módulo, no Estágio IV, o estudante irá realizar a prática docente na educação profissional.

5.12.2 Estágio não obrigatório

O Estágio não obrigatório poderá ser realizado conforme legislação vigente, não podendo ser convertido em estágio obrigatório.

5.13 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem

A avaliação, compreendida como parte integrante de todo o processo de ensino e de aprendizagem, ao ser entendida como emancipatória, processual e contínua, consiste em acompanhar a aprendizagem do estudante por meio de diferentes instrumentos. Pressupõe que o processo de ensino e de aprendizagem seja dialógico e permeado por mediações e estratégias que oportunizem, além da aprendizagem do conteúdo, a compreensão crítica do mundo e suas transformações.

Diante destes pressupostos, a avaliação será realizada por meio de instrumentos que valorizem a escrita fundamentada, a partir da leitura crítica dos referenciais que subsidiam os temas trabalhados e das compreensões desenvolvidas ao longo da formação.

A avaliação nos componentes curriculares de cada módulo será composta por, no mínimo, dois elementos principais, a saber:

- a) Pelo menos um instrumento escrito, no qual o estudante desenvolverá a atividade proposta pelo professor;
- b) A avaliação qualitativa e quantitativa, com base nos registros diários elaborados pelo professor sobre a ação de cada estudante em sala de aula.

O resultado da avaliação será expresso em consonância com a Organização Didática do IFRS (OD), que estabelece em seu Art. 195

O resultado da avaliação do desempenho do estudante em cada componente curricular será expresso semestralmente através de notas, registradas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo admitida apenas uma casa decimal após a vírgula. (IFRS, 2017)

Novamente, de acordo com a OD do IFRS, a nota mínima da média semestral (MS) para aprovação em cada componente curricular será 7,0 (sete). O estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, terá direito a realizar o exame final (EF).

O estudante deve obter média semestral (MS) mínima de 1,7 (um vírgula sete) para poder realizar exame final (EF). O exame final constará de uma avaliação dos conteúdos trabalhados no componente curricular durante o período letivo.

A média final (MF), após o exame, será calculada a partir da nota obtida no exame final (EF) com peso 4,0 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6,0 (seis), conforme a equação abaixo:

$$MF = (EF * 0,4) + (MS * 0,6) \geq 5,0$$

A aprovação do estudante no componente curricular dar-se-á se a média semestral (MS) for igual ou superior a 7,0 (sete) ou a média final (MF) for igual ou superior a 5,0 (cinco), após realização de exame.

O estudante poderá solicitar revisão do resultado do (EF), até 2 (dois) dias úteis após a publicação do mesmo, através de requerimento fundamentado,

protocolado no setor de Registros Acadêmicos, dirigido à Coordenação de Curso ou a Direção de Ensino do *Campus*.

Para aprovação em cada componente curricular, além da nota, o discente necessitará ter uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), da mesma forma nos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Atelier de Práticas Pedagógicas e Estágio.

Para aprovação no Módulo, o discente necessitará ser aprovado em todos os componentes curriculares que o compõe.

O discente reprovado no Módulo, no caso de reprovação em um ou mais componentes curriculares, poderá repetir o Módulo na próxima oferta. Nesse caso, irá matricular-se no Módulo e não apenas nos componentes reprovados.

Por ser um curso noturno, direcionado para graduados não licenciados, muitos dos discentes são trabalhadores e ou estudantes de pós graduação, portanto estudantes com muitas atividades diárias. Nessa condição, pode acontecer de não conseguirem desenvolver todas as atividades propostas com a dedicação necessária, principalmente no que se refere ao estágio, ou mesmo algum outro componente curricular.

Nesse contexto, o estudante matriculado num Módulo que já tenha cursado anteriormente e que tenha aprovação em um ou mais componentes curriculares, poderá solicitar aproveitamento de estudos desses componentes curriculares. Assim, fica garantido que o estudante não avance para um novo momento da formação (novo Módulo) sem ter se apropriado do conjunto de saberes e experiências considerados básicos no seu processo formativo.

A conclusão do curso exige dois requisitos: a) aprovação em todos os Módulos; b) apresentação pública do TCC final.

Como possibilidade de avaliação, os Exercícios Domiciliares dão ao estudante o direito de realizar atividades escolares em seu domicílio, quando houver impedimento de frequência às aulas, sem prejuízo na sua vida acadêmica, e será realizado conforme as orientações do Decreto-Lei N° 1.044/69 (BRASIL, 1969), em consonância com a Organização Didática vigente do IFRS em sua **Seção III – Dos Exercícios Domiciliares**.

5.13.1 Da Recuperação Paralela

As atividades de recuperação serão realizadas em conformidade com as definições da OD que garante a todo estudante, o direito à recuperação paralela, dentro do mesmo semestre, considerando em seu Art. 200.

Os estudos de recuperação, como um processo educativo, terão a finalidade de sanar as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem e elevar o nível da aprendizagem e o respectivo resultado das avaliações dos estudantes, oportunizando ao estudante recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e práticas.

§ 1º. A realização dos estudos de recuperação respeitará as seguintes etapas:

- I. Readequação das estratégias de ensino-aprendizagem;
- II. Construção individualizada de um plano estudos;
- III. Esclarecimento de dúvidas;
- IV. Avaliação. (IFRS, 2017)

5.14 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos

A OD do IFRS, em sua **Seção XI** trata **Do Aproveitamento de Estudos** e no Art. 208, os estudantes que já concluíram, com aprovação, componentes curriculares em nível superior ou mais elevado poderão solicitar aproveitamento de estudos. A solicitação deve vir acompanhada dos seguintes documentos:

- I. Requerimento preenchido em formulário próprio com especificação dos componentes a serem aproveitados;
- II. Histórico Escolar ou Certificação, acompanhado da descrição de conteúdos, ementas e carga horária dos componentes curriculares, autenticados pela instituição de origem.

As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do *Campus*, ou equivalente, e encaminhadas à Coordenação do Curso.

Para conceder o aproveitamento, o docente atuante no componente curricular, objeto de pedido de aproveitamento, realizará a análise de equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária e emitirá parecer conclusivo. É vedado o aproveitamento de um mesmo componente curricular, mais de uma vez, no mesmo curso.

Os pedidos de aproveitamento de estudos e a divulgação das respostas deverão ser feitos nos prazos determinados pelo calendário acadêmico. A Coordenação do Curso deverá encaminhar o resultado do processo à Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente, cabendo ao estudante informar-se sobre o deferimento.

A liberação do estudante da frequência às aulas dar-se-á a partir da assinatura de ciência no seu processo deferido de aproveitamento de estudos, que ficará arquivado em sua pasta individual.

De acordo com o Art. 213 da OD, os estudantes do IFRS, que concluíram componentes curriculares em programas de Mobilidade Estudantil, poderão solicitar aproveitamento de estudos, e conseqüente dispensa de cursá-los, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I. Requerimento preenchido em formulário próprio, com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados;
- II. Histórico oficial e programas dos componentes curriculares, ou documento similar que descreva os conteúdos abordados e suas respectivas cargas horárias, autenticados pela instituição de origem.

Parágrafo único. A descrição de conteúdos a que se refere o inciso II, quando em outro idioma que não seja o espanhol, deverá ser acompanhada de tradução para o português.

5.15 Metodologias de Ensino

As metodologias de ensino serão desenvolvidas na perspectiva da horizontalidade das relações pedagógicas, do diálogo, em aulas expositivas e dialogadas, visando processos de construção participativa, por meio de atividades individuais e/ou coletivas. Tal proposta será realizada em Rodas de Formação, mediante leitura, análise e discussão temática utilizando-se os mais variados recursos didáticos como: livros, textos, vídeos, documentários, filmes, músicas etc. Além das metodologias diversificadas, o Curso propõe alternar os ambientes pedagógicos, tais como: sala de aula, mini auditório, laboratório de informática, biblioteca, Laboratório de Didática, dentre outros.

O Curso tem como proposta a escrita como processo que se desenvolve na recursividade por meio do diálogo crítico com autores, professores, outros estudantes e suas próprias reflexões. Esse processo envolve a participação e possíveis publicações em eventos na área da Educação, em especial da Educação Profissional.

O Curso ainda apresenta como diferencial a realização de aulas abertas, com a presença de convidados militantes dos diversos temas discutidos nos componentes

curriculares. As aulas abertas pressupõem convite a toda a comunidade do *Campus*, de modo a estreitar os laços com o Curso de Formação Pedagógica e, ao mesmo tempo, oferecer uma oportunidade de formação continuada aos colegas.

5.16 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural, promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional. O termo indissociabilidade remete à ideia de interligação, de modo a se constituir em um catalisador no processo de produção do conhecimento. Esses preceitos possibilitam a interatividade entre o ensino, pesquisa e extensão, além de favorecer uma aproximação entre o ensino profissional e a sociedade.

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece mediante o artigo 207 a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão como princípio constitucional, impreterível para o processo de formação, não podendo ser fragmentado (BRASIL, 1988), o que torna a sua prática uma prerrogativa da aprendizagem do educando, através da construção do conhecimento, não apenas dentro do ambiente de sala de aula/laboratório, mas também pela interação com o meio ao seu redor.

No âmbito da extensão, a participação do discente em atividades que envolvem a comunidade externa ao *Campus* faz com que este observe a realidade do meio que o cerca com um novo olhar, embasado não apenas no conhecimento adquirido ao longo do processo formativo, mas sob a orientação dos servidores envolvidos. Esse processo promove a conscientização do futuro egresso de sua responsabilidade social.

A pesquisa, por sua vez, é uma forma de complementar os saberes construídos no ensino, gerando novos conhecimentos e inovações. Os educandos, neste processo, acabam por desenvolver uma visão crítica do mundo, baseada no método científico e percebem que o conhecimento é um bem a ser compartilhado com responsabilidade com a sociedade, através da divulgação científica. Chesani FH *et al* (2017) salientam que não há relevância social da pesquisa sem a indissociabilidade. Neste sentido, o ensino e a extensão não são complementos da pesquisa, pois devem estar integradas entre si de forma contínua, embasando-a no aprofundamento de questões científicas e populares relevantes.

A forma de promoção dessa indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é orgânica, visto que os docentes, em sua maioria, estão continuamente envolvidos em atividades de pesquisa e/ou extensão, trazendo espontaneamente as experiências dessas atividades para o ambiente de aprendizagem e motivando os discentes. Ao mesmo tempo, o oferecimento de vagas aos discentes nos projetos existentes no *Campus*, seja como voluntário, estagiário ou bolsista, abre possibilidades para a sua integração nas atividades. Outras formas de promoção incluem os projetos integradores entre componentes curriculares, trabalhos de conclusão de curso, semanas acadêmicas e mostras de produção científica, artística e tecnológica.

O IFRS tem o compromisso de buscar, constantemente, tempos e espaços curriculares a fim de concretizar a indissociabilidade entre o tripé: ensino, pesquisa e a extensão. A criação de novos cursos e seus projetos políticos pedagógicos deve considerar a política de expansão a ser adotada, devendo especificar as metas sociais que se pretende alcançar com a formação oferecida e sua concepção curricular. O foco no atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com os impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tem como base a indissociabilidade com o ensino de nível técnico, graduação e a pós-graduação.

5.17 Acompanhamento pedagógico

O IFRS - *Campus* Rio Grande tem à disposição, para atendimento e acompanhamento das demandas pedagógicas dos estudantes, uma equipe formada por técnicos administrativos em educação e docentes com formações em diferentes áreas do conhecimento.

De acordo com a Organização Didática, devem ser previstas estratégias de acompanhamento da frequência e do desempenho dos estudantes, com o objetivo de garantir a efetividade do direito à aprendizagem, à permanência, ao êxito e à conclusão do curso. As ações de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes “deverão ser desenvolvidas, de forma periódica e sistematizada, pela Direção de Ensino, Coordenações e Colegiados de Cursos, em articulação com as Equipes Pedagógicas e de Assistência Estudantil” (IFRS, 2017, p. 21).

No âmbito do *Campus* Rio Grande, a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) é composta por profissionais da área da educação, psicologia e do serviço social e tem como objetivo promover o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, buscando formas de participação social desses, na perspectiva de vivência política e gestão democrática em parceria com os diferentes setores do *Campus* em intervenções interdisciplinares.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela CAE se propõe a acompanhar os sujeitos nos seus diferentes contextos, de forma a contribuir para a ampliação e consolidação da cidadania, promover a inclusão social, desenvolver ações de promoção de saúde mental e incentivar a participação e o respeito à diversidade entre os estudantes.

A CAE é responsável pela execução do Programa de Benefícios Estudantis, que tem como objetivo oferecer igualdade de condições financeiras para permanência e conclusão do curso aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e regularmente matriculados nos cursos presenciais do *Campus*. Acrescenta-se ainda, às atividades concernentes ao programa de benefícios estudantis, o acompanhamento da frequência dos estudantes.

Também compete à CAE o serviço de Assistentes de Alunos que se ocupa primordialmente da organização, distribuição, divulgação e encaminhamento das questões relativas ao andamento das atividades de ensino, especialmente daquelas diretamente ligadas aos discentes. Atua no sentido de colaborar para a construção de boas relações entre: docentes, comunidade acadêmica e discentes, procurando contemplar as necessidades específicas das diferentes demandas dos estudantes. O setor contribui, ainda, com a divulgação, implantação e desenvolvimento de estratégias e políticas institucionais direcionadas ao bem estar dos estudantes, contribuindo, assim, para a identificação de diferentes caminhos para a consolidação do *Campus* como espaço de aprendizagem.

É disponibilizado ao estudante e/ou família, acolhimento psicológico e social, a partir de onde poderão ocorrer orientações e intervenções institucionais e, se necessário, será realizado o encaminhamento à rede de apoio disponível no município. Todo o estudante do *Campus* que estiver em alguma situação de vulnerabilidade e/ou risco social, ou buscar atendimento terá sua demanda acolhida pela equipe da CAE, a qual também será encaminhada aos setores pertinentes ou à rede de apoio do município. De acordo com a

demanda que surge pelos próprios estudantes, são realizadas ações voltadas à promoção de saúde mental e melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica, que têm como objetivo dar suporte a esse público em suas demandas relacionadas aos desafios da vida escolar, buscando contribuir para a boa qualidade de vida no IFRS.

A Coordenação Pedagógica, em interlocução com os demais setores do ensino, é responsável pela mobilização de construções pedagógicas participativas e democráticas, que visam promover o diálogo e a construção coletiva no que tange a interseção ensino e aprendizagem. A ela cabe também acompanhar e orientar os docentes na elaboração e implementação de suas ações pedagógicas bem como na adequação dessas ações em relação às necessidades de aprendizagem dos discentes.

O acompanhamento dos discentes com necessidades de adaptações curriculares, como no caso de discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação é de responsabilidade partilhada entre o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), a Coordenação de Assistência Estudantil e a Coordenação Pedagógica. Identificada a necessidade do discente, as equipes atuarão junto ao NAPNE no encaminhamento das adaptações que podem ser de organização dos espaços, relativas aos conteúdos ministrados, à metodologia de ensino, às atividades de avaliação ou, ainda, ao tempo de integralização do curso.

Por fim, cabe destacar que o acompanhamento pedagógico dos discentes do IFRS *Campus* Rio Grande é realizado a partir de um trabalho integrado e cooperativo entre os diferentes setores envolvidos e de acordo com os princípios éticos que orientam a conduta e a formação de cada um dos profissionais que compõem as equipes responsáveis por esses encaminhamentos.

5.18 Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e de aprendizagem

As TICs estão presentes durante todo o Curso nas atividades regulares desenvolvidas em seus diversos componentes curriculares, que exigem diversas possibilidades de comunicação, tanto entre os próprios estudantes, como entre os estudantes e os docentes. Além disso, o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ao longo do Curso oportuniza aos estudantes o contato com diferentes tecnologias de informação e comunicação, a que se soma o uso das redes sociais, site oficial do IFRS e do *Campus*, e-mails, entre outros.

As TICs também estão presentes no componente curricular: **Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional** desenvolvida no Módulo III e são consideradas fundamentais para a formação de professores atualizados e sintonizados com as dinâmicas atuais da comunicação na educação, se fazendo presentes ao longo do Curso.

5.19 Integração com as redes públicas de ensino

A integração com as redes públicas de ensino será realizada entre as instituições por meio de convênios e efetivado por meio dos estágios obrigatórios e projetos de extensão e/ou pesquisa ofertados pela instituição.

5.20 Articulação com Núcleos

O IFRS tem na estrutura de cada um de seus *Campi*, três Núcleos que visam promover diversidade, inclusão e respeito a todas as formas de identidades dos cidadãos brasileiros, buscando fomentar políticas de ações afirmativas de acordo com a Resolução nº 022, de 25 de fevereiro de 2014. Os Núcleos incentivam a comunidade acadêmica e a comunidade externa a elaborarem e participarem de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão e estão divididos em: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS) integra a Política de Ações Afirmativas do IFRS, Resolução nº 022, de 25 de fevereiro de 2014. Um dos objetivos específicos dessa resolução é “XII – discutir, pesquisar e promover práticas educativas sobre as diversidades de gênero e sexual, com enfrentamento do sexismo, homofobia e todas as variantes de preconceitos”. Os NEPGSs foram instituídos por uma política de ações afirmativas do IFRS que pretende garantir o debate sobre as questões de gênero e sexualidade nos *Campi*, o que o Núcleo tem exercido de maneira eficiente desde sua instituição, através de estudos, pesquisas, debates e eventos em que se promovem a discussão e o pensamento crítico acerca do tema.

É de extrema relevância em nossa sociedade contemporânea, discutir maneiras de combate à homofobia, ao machismo e ao preconceito, promovendo o respeito às diferenças e debatendo sobre solidariedade e justiça social, compromissos fundamentais da Educação.

Sendo assim, a escola firma-se como um dos fóruns privilegiados para fomentar a conscientização e promover esse debate tão pertinente.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena – NEABI – do *Campus* Rio Grande, é um espaço propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas à temática das identidades e relações étnico raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa. Propõe-se a integrar o ensino-aprendizagem com a ação social, combatendo o racismo e empoderando as comunidades indígenas e os negros para se apropriarem do espaço acadêmico e de todas as esferas da sociedade. Através da política de cotas raciais, o IFRS busca estimular o ingresso de negros e indígenas, contando com as ações dos NEABIs para garantir suas permanências.

Com vista à multidisciplinaridade e com apoio da comunidade acadêmica o NEABI será responsável pela promoção e a realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, relacionadas à temática; pela proposição de ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do *Campus* nos seus aspectos étnico raciais; pela implementação de projetos de valorização e reconhecimento dos sujeitos negros e indígenas no contexto do *Campus*; pela proposição de discussões que possibilitem o desenvolvimento de conteúdos curriculares, extracurriculares e pesquisas com abordagem multi e interdisciplinares sobre a temática; pela colaboração em ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado à educação pluriétnica no *Campus*; pela organização de espaços de conhecimento, reconhecimento e interação com grupos étnico raciais e, por fim, por representar o *Campus* em eventos ou movimentos sociais que envolvam questões relacionadas a cultura afro brasileira e indígena. O NEABI também está à frente da organização das bancas de heteroidentificação que fazem parte do processo de ingresso de estudantes pela Lei de cotas raciais (Lei 12.711), informando e acompanhando os cotistas raciais.

O Núcleo de Atendimentos a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) integra a Política de Ações Afirmativas do IFRS, Resolução Nº 022, de 25 de fevereiro de 2014 e é regulamentado pela Resolução Nº 020, de 25 de fevereiro de 2014. Os NAPNEs têm, entre seus vários objetivos: incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição; promover quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas,

instrumentais, programáticas e atitudinais no *Campus* e; participar do Ensino, Pesquisa e Extensão nas questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas nos âmbitos estudantil e social.

Nesse sentido o núcleo, dentro do *Campus*, atua diretamente para implantar estratégias de inclusão, permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) garantindo, assim, a plenitude de seus direitos (Capítulo IV da Lei 13.146 de 06 de julho de 2015). Este trabalho é realizado através da instrumentalização dos PNEs e da articulação com a equipe (docentes e técnicos) no sentido de prestar suporte técnico e pedagógico necessário à formação humana e profissional destes indivíduos, primando, sempre, pela construção de sua autonomia.

Dessa maneira, o NEPGS, o NEABI e o NAPNE pretendem fomentar espaços de formação educativa que privilegiem a construção coletiva e harmoniosa do conhecimento em parceria com os movimentos sociais, com os grupos de pesquisas instituídos nas instituições de Educação Superior da cidade e da região, bem como em nosso *Campus*, procurando sempre amparar suas práticas às orientações pedagógicas dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

No empenho em responder às demandas decorrentes deste compromisso, a capacitação dos servidores revela-se de extrema pertinência, uma vez que o compromisso com a qualidade da educação de nossa Instituição impulsiona não apenas nosso olhar para os discentes. A necessidade de promover, garantir e fortalecer a formação continuada dos nossos docentes e técnicos impulsiona as ações desta Instituição em todos os seus setores.

Dentre essas atividades educativas constam o planejamento permanente de capacitação e espaços de discussão para docentes e técnicos a fim de colaborar com a aproximação entre as políticas públicas desenvolvidas pelos Núcleos e as práticas da comunidade escolar não somente no contexto acadêmico, mas também na sociedade em que vivemos. O trabalho de capacitação além de qualificar os profissionais, multiplica saberes através de ações concretas, possibilitando o desempenho do seu papel social na comunidade em que se insere.

Cabe ressaltar que as atividades propostas pelos Núcleos deverão integrar o cronograma do calendário acadêmico deste *Campus* para que possam contar com o apoio fundamental de todos os membros que compõem os mais diversos setores.

Proporcionar espaços de reflexão, de trocas de experiência, de escuta e de problematização das práticas educativas fomentam uma cultura coletiva de aprendizado, de respeito, de empatia e de cuidado com o próximo – modos de agir tão preciosos quanto fundamentais no âmbito escolar e na vida em sociedade.

5.21 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A avaliação do Curso ocorrerá por meio de três instâncias:

- a) Avaliação Externa: prevista pela Lei nº 10.861/04 (BRASIL, 2004) – SINAES realizada por avaliadores do Ministério da Educação – MEC mediante instrumento cadastrado em formulário eletrônico e, após em visita *in loco*.
- b) Avaliação Interna: realizada pela própria instituição pela subcomissão própria de avaliação (SPA) de cada *campus*. Nesse processo são registrados os posicionamentos de estudantes, professores e técnicos. Tais registros, após análise, originam gráficos e os sujeitos avaliados são procurados pela SPA para receberem os resultados. Após, cada coordenador de curso ou setor, decide a melhor alternativa para melhorar e aprimorar os aspectos que foram avaliados e que necessitam de alguma intervenção. As Rodas periódicas do Núcleo Docente Estruturante avaliam rotineiramente as ações desenvolvidas, discutem e propõem as mudanças necessárias, quando for o caso.
- c) Avaliação Dialogada do estudante sobre o Curso: realizada pela coordenação do curso, em que os estudantes constroem um instrumento de avaliação em aula, após lerem e discutirem sobre o tema. Ao final de cada módulo, cada estudante responde ao instrumento que é analisado pelos professores do Curso. Fica a cargo do NDE criar alternativas das melhorias que se fizerem necessárias para o Curso.

5.22 Do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Extruturante (NDE)

A gestão administrativa e pedagógica do Curso se desenvolverá pela ação direta de dois grupos que representam os sujeitos envolvidos nas atividades regulares do Curso em questão, são eles o Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

5.22.1 Colegiado do Curso

Conforme a OD do IFRS, em seu Art. 55. O Colegiado de Curso é um órgão normativo e consultivo do curso, que tem por finalidade acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

O Colegiado do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, é constituído por:

- I. Coordenador do curso – Presidente do Colegiado;
- II. Professores em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso;
- III. Um técnico-administrativo do Setor de Ensino do *Campus*;
- IV. Um representante do corpo discente do curso.

A atuação do Colegiado seguirá o regulamento que consta no Apêndice VI deste documento e que está em consonância com a OD do IFRS.

5.22.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado do curso. O NDE tem como objetivos garantir a elaboração, o acompanhamento e a consolidação do PPC, no âmbito do *Campus*, e participar da concepção, da avaliação e da atualização do curso.

O NDE do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, será constituído pelo coordenador do curso e por mais três (3) membros do colegiado do Curso, eleitos e designados por Portaria do Diretor-Geral do *Campus* com a seguinte composição:

- I. O Coordenador do Curso, como membro nato e coordenador do NDE;
- II. Mais três (3) docentes pertencentes ao curso, sendo pelo menos dois (2) com dedicação exclusiva.

A cada dois (2) anos, ocorrerá a substituição parcial de membros do NDE.

A atuação do NDE, do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, seguirá o regulamento que consta no Apêndice V deste documento e que está em consonância com a OD do IFRS.

5.23 Quadro de pessoal

A seguir será apresentada a composição do quadro geral de servidores do IFRS *Campus* Rio Grande, iniciando pelo quadro de docentes envolvidos no desenvolvimento regular do Curso. Na sequência, será apresentado o quadro dos servidores técnicos do *Campus*, além da estrutura física necessária para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão na instituição. As pessoas que atuam na instituição colocam toda a estrutura em uso e efetivam as ações cotidianas de diversas naturezas, e assim movimentam o complexo processo de promover uma Educação pública, gratuita e de qualidade.

5.23.1 Corpo docente do curso

O corpo docente do **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** será constituído pelos seguintes professores do IFRS:

Docente/Titulação	Componente Curricular
Alexandre Jesus da Silva Machado Doutorado em Informática na Educação	Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional
Crisiane Freitas Soares Mestranda em Linguística Aplicada em Libras	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Trabalho de Conclusão de Curso IV.
Daner Silva Martins Mestrado Ensino da Matemática Doutorado em Educação em Ciências	Inclusão Educacional de Estudantes com Deficiência na Educação Profissional.
Luís Humberto Ferrari Loureiro Mestrado em Educação Doutorado em Educação em Ciências	História da Educação Profissional no Brasil; Fundamentos da Educação Profissional; Organização didático-pedagógica na Educação Profissional II; Aprendizagem e Neurociência aplicada a Educação; Educação, Jovens, Adultos e o Mundo do Trabalho; Formação e Profissionalização docente; Trabalho de Conclusão de Curso I- II- III- IV; Atelier de Práticas Pedagógicas I- II- III- IV

<p>Márcia Madeira Malta Mestrado em Educação Ambiental Doutoranda em Educação Ambiental</p>	<p>História da Educação Profissional no Brasil; Fundamentos da Educação Profissional; Organização didático-pedagógica na Educação Profissional I e II; Aprendizagem e Neurociência aplicada a Educação; Formação e Profissionalização docente; Trabalho de Conclusão de Curso I- II- III- IV; Atelier de Práticas Pedagógicas I- II- III- IV; Estágio I- II- III- IV.</p>
<p>Paulo Valério Saraçol Mestrado em Engenharia Oceânica Doutorado em Educação em Ciências</p>	<p>Educação, Jovens, Adultos e o Mundo do Trabalho. Pesquisa em Educação: Epistemologias e Metodologias; Trabalho de Conclusão de Curso IV; Atelier de Práticas Pedagógicas.</p>

5.23.2 Corpo técnico-administrativo

Na estrutura organizacional do IFRS *Campus* Rio Grande, existe uma organização capaz de promover todas as atividades administrativas e educacionais necessárias. Para isso a instituição conta com diversos profissionais que compõem o quadro de servidores que estão diretamente ligados ao **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** e também a outros cursos promovidos na instituição.

Dentre a estrutura destaca se:

- o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), que dá suporte e manutenção à infraestrutura de equipamentos e softwares da tecnologia da informação do *Campus* Rio Grande;
- a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) que é responsável pela implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes com maior vulnerabilidade, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.
- a Coordenadoria de Relações Estudantis (CORE), que estabelece e desenvolve as relações entre a instituição e as empresas, e assim supervisiona e orienta administrativamente as atividades de estágio dos estudantes, bem como facilita a comunicação entre as empresas e ou escolas e o curso;

- a Secretaria ou setor de registros acadêmicos, composta de servidores técnicos administrativos que apoiam os estudantes no recebimento e emissão de documentos que compõem a organização e funcionamento do curso;

- a Coordenação Pedagógica, composta por pedagogas que realizam acompanhamento das atividades pedagógicas na Instituição.

Efetivo de técnicos

Técnicos Administrativos em Educação	Titulação	Carga horária
Almoxarifado		
Bernardo Santana Toledo	Ensino Médio	40 h
Rômulo da Silva Ferreira	Ensino Médio	40 h
Coordenação de Assistência Estudantil		
Aline Simões Menezes	Especialização	40 h
Daiana Silveira da Cruz	Graduação	40 h
Ionara Cristina Albani	Doutorado	40 h
Letícia Jerônimo Pereira	Mestrado	40 h
Luiz Eduardo Nobre dos Santos	Especialização	40 h
Vítor Vieira Nunes	Ensino Médio	40 h
Auditoria		
Leandro Pinheiro Vieira	Especialização	40 h
Biblioteca		
Dóris Fraga Vargas	Graduação	40 h
Eva Regina Amaral	Especialização	40 h
Josiane Silva da Silva	Especialização	40 h
Coord. De Compras e Contratos		
Adriano Barbosa Mendonça	Especialização	40 h
Alessandra Ruiz Trevisol	Mestrado	40 h
Joyce Alves Porto	Especialização	40 h
Rosane Soares de Carvalho Duarte	Mestrado	40 h
Zaionara Goreti Rodrigues de Lima	Especialização	40 h
Coord. de Gestão de Pessoas		
Andréa Bulloza Trigo Passos	Mestrado	40 h
Franciele Soter Dutra	Especialização	40 h
Livia Ayter Santos	Especialização	40 h
Patrícia Fossati	??Graduação	40 h
Coord. de Infraestrutura		
Alexandre da Motta	Especialização	40 h
Eliza Terres Camargo	Mestrado	40 h
Francisco Jose Von Ameln Luzzardi	Mestrado	40 h
Juçara Nunes da Silva	Mestrado	40 h

Coord. de Materiais e Equipamentos		
Jerônimo Silveira Maiorca	Especialização	40 h
Paulo Roberto Garcia Dickel	Graduação	40 h
Coordenação de Tecnologia da Informação		
Derlain Monteiro de Lemos	Especialização	40 h
Fabio Luiz da Costa Carrir	Mestrado	40 h
Gustavo de Castro Feijó	Graduação	40 h
Patrick Pereira de Mattos	Especialização	40 h
Rodrigo Costa Fredo	Graduação	40 h
Coordenação do Núcleo de Ensino a Distância		
Artur Freitas Arocha	Especialização	40 h
Coordenação Pedagógica		
Caroline da Silva Ança	Mestrado	40 h
Departamento de Execução Orçamentária e Financeira		
Henriette de Mattos Pinto	Mestrado	40 h
Larissa Vanessa Wurzel	Especialização	40 h
Luis Fernando Espinosa de Farias	Especialização	40 h
Roberto Russell Fossati	Especialização	40 h
Silvana Barbosa Costa Garcia	Especialização	40 h
William Pinheiro Freitas	Especialização	40 h
Direção de Administração		
Walter Fernando Souza Ferreira	Especialização	40 h
Direção de Desenvolvimento Institucional		
Isabel Castro Duarte	Especialização	40 h
Lorraine Lopes da Silva	Especialização	40 h
Direção de Ensino		
Bianca da Silva Marques	Ensino Médio	40 h
Thaís de Oliveira Nabaes	Doutorado	40 h
Gabinete da Direção		
Núbia Rosa Baquini da Silva Martinelli	Doutorado	40 h
Núcleo de Atenção a Saúde		
Carla Regina André Silva	Doutorado	40 h
Gabriela Garcia Torino	Mestrado	40 h
Nilza Costa de Magalhães	Especialização	40 h
Rosilene D'Alascio D'Amoreira	Mestrado	40 h
Secretaria		
Anderson Alexandre Costa	Mestrado	40 h
Fábio Rios Kwecko	Mestrado	40 h
Gabriela Luvielmo Medeiros	Mestrado	40 h
Leandro Amorin Elpo	Doutorado	40 h
Patricia Teixeira Monteiro	Especialização	40 h
Vinícius Chagas de Oliveira	Ensino Médio	40 h
Secretaria de Extensão, Pesquisa e Inovação		

Cíntia Duarte Mirco da Rosa	Mestrado	40 h
Gislaine Silva Leite	Especialização	40 h
Priscila de Pinho Valente	Mestrado	40 h
Taisson Ibeiro Furtado	Graduação	40 h
Setor de Técnicos de Laboratório		
Fábio Rosa da Silveira	Técnico	40 h
Fernando Ritiéle Teixeira	Mestrado	40 h
João Augusto de Carvalho Ferreira	Graduação	40 h
Luis Fernando Oliveira Lopes	Técnico	40 h
Sylvio Luiz de Andrade Coelho	Graduação	40 h
Thiago dos Santos da Fonseca	Mestrado	40 h
Carlos Eduardo Nascimento Pinheiro	Graduação	40 h
Paulo Edison Rubira Silva	Mestrado	40 h

Fonte: adaptado pela coordenação do curso com base nas informações fornecidas pela COGEP do *Campus* Rio Grande

5.24 Certificados e diplomas

Tendo integralizado todos os componentes curriculares do **Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**, o estudante fará jus ao respectivo Certificado, no qual constará que este está apto à docência na educação básica profissional.

5.25 Infraestrutura

As instalações e equipamentos necessários para o funcionamento do Curso estão mostrados na tabela a seguir e são suficientes e adequados as necessidades dos estudantes e professores envolvidos no curso. Cabe destacar as adaptações para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT 9050, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia, de edificações, espaços mobiliários, vias públicas, equipamentos urbanos e transporte coletivo.

Nas últimas décadas, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante no país como um todo. Nas instituições de ensino, em especial, no *Campus* Rio Grande do IFRS, inúmeras obras tem sido realizadas, sejam em espaços projetados ou ainda em espaços adaptados, no sentido de adequar esses ambientes às necessidades de inclusão de toda a comunidade acadêmica.

Buscando minimizar os obstáculos existentes ao acesso, com vistas a garantir a segurança e a integridade física de pessoas com necessidades especiais ou de mobilidade reduzida, uma série de intervenções estruturais tem sido realizadas no *Campus* Rio Grande. A última obra, recentemente finalizada, foi a construção de calçadas, com piso tátil e passarelas cobertas para interligação dos prédios do *Campus*. Rampas de acesso também foram adaptadas em espaços onde não foi possível a colocação das passarelas. No total, a instituição conta com 3 plataformas elevadoras, duas colocadas em prédios planejados (pavilhões 07 e 12) e uma terceira adaptada no pavilhão central, prédio construído na década de 40. Nos mesmos moldes dos elevadores, banheiros para atendimento a pessoas com necessidades especiais foram projetados na construção de prédios novos e adaptados em espaços pré existentes.

No que tange ao mobiliário, a instituição possui carteiras escolares específicas para o atendimento de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. As mesmas são dispostas nas salas de aula teórica, conforme a necessidade da comunidade escolar. Além disso, também são disponibilizados bebedouros adaptados para cadeirantes.

Tabela: **Área Física das Principais Instalações de uso do curso**

Nome da Instalação	Unidades	Área Física Total (m²)
Sala de Permanência de Professores	10	80
Banheiro	04	50
Sala de Audiovisual – mini auditório	01	20
Salas de Aulas	02	96
Biblioteca	01	600
Laboratórios de Informática	02	20
Laboratório de Ensino e Pesquisa	01	20
Centro de Convivência	01	40
Sala para a coordenação do curso	01	20
Registro Acadêmico	01	50
CORE	01	20
Coordenação Pedagógica	01	36
NAS, NAPNE, CAE	03	48
	Total	1.100

6 Casos omissos

Os casos omissos, que não se apresentem explícitos neste PPC e nem no Regimento Complementar do IFRS *Campus* Rio Grande (IFRS, 2018a), serão resolvidos pelo Colegiado e

pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, em reunião ordinária ou extraordinária, pela Direção de Ensino e pelo Conselho de *Campus*, dependendo da natureza do caso.

7 Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. acesso em: 03 junho 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 03, de 10 de março de 2004**. Brasília, 2004a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997**. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de dezembro de 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de maio de 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 5 de dezembro de 2014**. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de dezembro de 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02 de 20 de dezembro de 2019**. Diário Oficial da União. Brasília, 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 1997.

BRASIL. **Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Diário Oficial da União Nº 142, Brasília, 26 de julho de 2004.

BRASIL. **Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de junho de 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1044, de 21 de outubro de 1969**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de outubro de 1969.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999.** Diário Oficial da União, Brasília. 28 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003.** Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2003.

BRASIL, **Lei nº 10.861/04, de 14 de abril de 2004.** Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2004.

BRASIL, **Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008.** Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008.

BRASIL, **Lei nº 11.788/08, de 25 de setembro de 2008.** Diário Oficial da União, Brasília. 26 de setembro de 2008.

BRASIL, **Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 de dezembro de 2008.

BRASIL, **Lei nº 12.711/12, de 29 de agosto de 2012.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 de agosto de 2012.

BRASIL, **Lei nº 13.146/15, de 06 de julho de 2015.** Diário Oficial da União, Brasília, 07 de julho de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais.** Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: Concepção e diretrizes.** Brasília: PDE, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9795 Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília, 1999.

CHESANI FH, *et al.* **A indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa:** o tripé da universidade. Rev. Conexão UEPG. Ponta Grossa, v. 13 n.3 -set./dez. 2017

FERREIRA, Jeferson Ferreira; ROBAINA, Luiz Eduardo de Souza. Expansão urbana e o perigo de desastres por

Inundação em Rio Grande/RS. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 3, p. 445-462, set./dez. 2012. Disponível em:

<<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/7681/5744/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. **Memorando nº 221/2016 PROEN/IFRS**. Bento Gonçalves, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. **Organização Didática (OD). Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017**. Bento Gonçalves, 2017. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-no-086-de-17-de-outubro-de-2017-aprovar-as-alteracoes-na-organizacao-didatica-do-ifrs/>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. **Resolução nº 083/10, de 28 de julho de 2010**. Bento Gonçalves, 2010. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao_083_-_cs.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do RS (PDI): 2014 – 2017**. Bento Gonçalves, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Aprovado pelo Conselho Superior pela Resolução nº 84/ 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. **Resolução 097 de 21 de setembro de 2010**. Bento Gonçalves, 2010. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao_097_-_cs_campus_rio_grande.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. **Resolução nº 046, de 08 de maio de 2015**. Bento Gonçalves, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. **Resoluções Nº 071, de 25 de outubro de 2016**. Bento Gonçalves, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (Brasil). **Projeto Pedagógico do IFRS**. Aprovado pelo Conselho Superior pela Resolução nº 109, de 20 de dezembro de 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. **Regimento Geral do IFRS**. Bento Gonçalves, 2018. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Regimento_Geral_dezembro_2018.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS. **Regimento Complementar do IFRS Campus Rio Grande**. Rio Grande, 2018b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/riogrande/wp-content/uploads/sites/16/2018/07/Regimento-Complementar-do-IFRS-Campus-Rio-Grande_final_rev-1.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAGALÃES, Mário Osório. **Engenharia, Rio Grande: História & algumas histórias**. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1997.

MARTINS, Cesar Augusto Avila; RENNERT, Marco Antônio Gama. **Industrialização de pescado no município do Rio Grande: da gênese ao final do século XX**. GEOSUL. Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 29-72, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/37507/28796>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

MORAES, Roque; RAMOS, Maurivan Günter; GALIAZZI, Maria do Carmo. **A epistemologia do aprender no educar pela pesquisa em ciências: alguns pressupostos teóricos**. In: MORAES, Roque; MANCUSO, Ronaldo (Orgs). Educação em ciências: produção de currículos e formação de professores. Ijuí, RS: Unijuí, 2004.

PERINI, Pâmela *et al.* **As faces da educação profissional do IFRS Câmpus Rio Grande: perfil profissional dos docentes**. In: Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, IV; 2014. Belo Horizonte. Anais do IV Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Belo Horizonte, 15 a 17 set. 2014.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro**. Rio Grande. Ed. Da FURG, 1987.

8 Apêndices

Apêndice I – Regulamento do Laboratório de informática

Apêndice II - Regulamento do Laboratório de Didática

Apêndice III - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Apêndice IV - Regulamento do Estágio Curricular

Apêndice V - Regulamento do Núcleo Docente Estruturante

Apêndice VI - Regulamento do Colegiado de Curso